BIBLIOTHECA

DE

CLASSICOS PORTUGUEZES

Director litterario

LUCIANO CORDEIRO

Proprietario e fundador

MELLO D'AZEVEDO

Bibliotheca de Classicos Portuguezes
Director litterario—LUCIANO CORDEIRO
Proprietario e fundador—MELLO D'AZEVEDO

O INFANTE D. PEDRO

CHRONICA INEDITA

POR

Gaspar Dias de Landim

ESCRIPTORIO
147, Rua dos Retrozeiros, 147
Lisboa
1892

ADVERTENCIA

Satisfazendo aos justos desejos do intrepido editor da *Bibliotheca*, destaco da massa informe dos meus apontamentos relativos á historia, — mais exactamente á lenda, — *do que morreu na Alfarrobeira*, a presente chronica que o tyrannico predominio d'essa lenda tem conservado inedita e geralmente desconhecida.

Hesitei em fazel-o, porque mais do que nunca, agora, se me impunha a convicção de que a reproducção d'estes velhos trabalhos sómente se devem fazer hoje em edições criticas, larga e fortemente illuminadas por annotação e commentario seguro, e, tanto quanto possivel, documental.

Está já explicado, porém, como as publicações d'esta *Bibliotheca* teem, por emquanto, de resignar-se a um caracter provisorio e modesto de simples reproducções desataviadas e, a bem dizer, desarmadas de commento e de estudo especial.

Como disse, a chronica de Landim é geralmente desconhecida.

Verão os leitores que é, tambem, extremamente

interessante na essencia e na fórma, e que certamente a obsecada subserviencia á lenda do Infante ou o cobarde receio de a perturbar na sua secular e sentimental consagração, — não mettendo já em linha de conta os preconceitos e intenções com que a politica costuma deturpar a historia, — é que tem condemnado o notavel trabalho a um esquecimento ou a um ostracismo brutamente injusto, sob todos os aspectos.

Em copia de copia, de uma para a outra quasi sempre viciada, e nos moldes restrictos, na maioria dos casos, suspeitos, da tradicção *impressa*, se continúa a fazer a historia e o desenho do Infante D. Pedro, mais exactamente, talvez, a historia do paiz, ainda em cima submettendo-a ao prisma ou impondo-lhe a luz das preoccupações, das idéas e até dos interesses e das paixões de escola e de individuo do nosso tempo.

Alguma cousa parecida com este ultimo vicio poderá attribuir-se ou poderá transparecer na obra de Landim.

Elle era um homem dedicado aos Braganças, escrevia sobre os papeis da sua Casa, a um d'elles, — ao que pouco depois fundou a sua Dynastia, — consagrava o trabalho.

Ora tem-se imaginado que a lucta em que o Infante D. Pedro acabou por ser vencido e esmagado, fôra simplesmente uma competencia fratricida entre a Casa de Coimbra e a Casa de Bragança: — leões no berço que disputavam a herança mal segura do poder e do prestigio real.

Não foi tal, mas assim continúa a fazer-se a historia.

E sobre o leão vencido e morto, cahiu natural-

mente, a sentimentalidade geral cobrindo-o com a sua piedade, o que é respeitavel e sympathico, e reprehendendo e calumniando o vencedor, o que não é nem rasoavel, nem justo.

No fundo d'isto, ha, principalmente, o erro banal de tomar a nuvem por Juno, o incidente pela origem, a fórma pela substancia,—poderamos dizer: —pela natureza das cousas.

O Licenceado Gaspar Dias de Landim é tão pouco conhecido, como a sua obra.

Nasceu em Borba, e casou em 6 de Julho de 1605, em Arrayolos, com Francisca Barreto, filha de Nicolau Coelho e de Isabel Rodrigues, de quem teve Gaspar Barreto, que foi frade com o nome de Gaspar de S. Pedro, e Nicolau Coelho, que se doutorou e nos aparece como letrado, em Evora.

Outro filho lhe suppõe Rivara:—um Francisco Barreto de Landim, que segundo Barbosa, foi juiz de fóra, da Certã, e era morto em 1670.

Na Misericordia de Villa Viçosa e em Evora, encontrei um Gaspar Dias de Landim que não deve ser o nosso, mas que poderá ter sido o avô:—em Villa Viçosa, na doação ao Collegio de Meninos Orphãos, em 1564, de um Padrão de onze mil réis da Duqueza D. Isabel, denuncia-se fidalgo da —«Cassa del Rey nosso senhor e seu contador de sua fazenda na comarca da cidade de Evora e almoxarifado de Estremoz»,— em Evora, revela-se-nos como natural de Extremoz, residente em Evora, cavalleiro de Christo e commendador de S. Miguel da Terra da Feira, tendo disposto de uma Capella em Extremoz, em 1531, recebido Carta d'armas, de D. João III, em 1539, e casado, pela segunda vez em 2 de outubro de 1563.

D'este casamento ha até, nota precisa, dos filhos:
Nuno, baptisado em 8 d'Outubro de 1564.
André, em 31 de Março de 1567.
Vicencia, em 18 de Fevereiro de 1569.

Deve ser ainda este Gaspar Dias o que escreve de Santa Maria, (Açores) ao Rei em 19 de Novembro de 1548 (*Arch. dos Açores*, vol 2.º) sobre cousas de fazenda.

Que o nosso é o primeiro, o de Arrayolos, e não o outro Gaspar Dias, dil-o elle proprio no titulo da sua chronica.

Conheço duas ou tres copias d'ella, uma das quaes está na Academia das Sciencias de Lisboa, sem que esta pareça ter dado por tal, como não tem dado por muitas outras cousas interessantes que lá tem *ou teve*. Foi feita essa copia por Frei Vicente Salgado.

Mas quando escrevendo a *Senhora Duqueza* procurava uma memoria que o meu erudito amigo José Maria Nepomuceno me denunciara como feita por Landim, sobre a tragedia ducal, de 1512, emprestou-me elle a chronica do licenceado alemtejano, n'um bello volume excellentemente conservado, que não tenho a menor duvida de que é o original.

E' sobre esse volume que o editor obteve agora da generosa amabilidade de José Maria Nepomuceno que se fizesse a impressão, iniciando-se n'esta, é claro, o processo, se de processo merece o nome, indicado na *Advertencia* da publicação da *Ethiopia*.

O titulo é o seguinte:

Copiosa Rellação das competencias que houve n'este Reyno sobre o governo delle entre a Rainha D. Leonor e o Infante D. Pedro seu cunhado: comtudo o mais digno de memoria que nestes Reynos passou desde a morte del-Rei D. Duarte até a batalha de Alfarroubeira, em q̃ foy morto o Infante. Composto e tirado de originaes de pena antigos; pello Lic.do Gaspar Dias de Landim da Villa de Arrayollos Dirigido ao Excellentissimo Prince-pe D. João 2.º do nome Duque de Bragança

Em 4.º almasso.

Foi feito pois, o trabalho, anteriormente a 1640, muito antes, até, quando D. João era apenas o Duque de Bragança e não se pensava, ou pelo menos parece que não pensava Landim, que viesse a ser Rei, pois que na dedicatoria se fazem muitas louvaminhas ao — «*quarto* Felippe que na tenra edade em que succedeu *e está*, promette prosperos e felicissimos successos a seus vassallos» — não desfazendo no — «terceiro chamado o *Santo*» etc.

Realmente não falharam de todo os auspicios, aos *vassallos* portuguezes, pelo menos, que finalmente se resolveram a dar por terminada aquella pratica e decisiva experiencia de *união iberica*.

Ora o citado Santo que melhor se chamara Demonio morreu em 1621, succedendo-lhe o filho na edade de 16 annos, tendo então 17 o nosso D. João.

Por este tempo ou pouco depois se começou naturalmente a obra.

Landim devia saber excellentemente que os Braganças eram o pesadello da dominação hespanhola; procurava, pois, diluir n'estas contumelias, o relativo attrevimento da dedicatoria, soprando amorosa e disfarçadamente, na recordação das grandesas da casa bragantina, o fogo sagrado da sua legitimidade nacional e dynastica.

Desculpe-lhe a esperteza, a cortesania forçada.

Escreve, é certo, muito distanciado dos successos que relata, mas a sua declaração de que escreve sobre papeis de penna antiga, parece confirmar-se inteiramente na maneira e em muitos incidentes da narrativa, e tanto, por vezes, que esta podera suppôr-se copia singella e despreoccupada de papeis contemporaneos d'esses incidentes ou d'esses successos por tal fórma vibra n'ella a nota immediata e intima do drama real.

Bem mais ricos do que são hoje, deveriam ser então os Archivos da Casa de Bragança, e porventura se abririam a Gaspar Dias os epistolarios e cartapacios de memorias do tempo d'aquella original e vigorosa figura do primeiro Duque — «que na virtude e excellencias foi um retrato do valeroso pae» — figura muito injustamente esquecida e maltratada, perfeitamente digna do soberbo grupo dos — «altos infantes» — portuguezes.

5 de julho, de 1892.

LUCIANO CORDEIRO.

DEDICATORIA

Bem vejo, Serenissimo Principe, que qual outro Phaetonte me pudera despenhar levantando tanto de ponto, que para obra tão humilde por razão da insufficiencia de seu author queira implorar tão alto amparo como o de V. Ex.ª, mas tomei tanto atrevimento por duas razões, que com algum fundamento me poderam mover: a primeira porque as mais das pessoas de que se trata n'esta relação foram os Reis e Principes d'onde a Real Casa de Bragança procede, de que não ha n'este reino mais que as unicas reliquias que n'ella ficaram de que V. Ex.ª é o florescente ramo, como neto da Serenissima Sr.ª Catharina, de cuja cabeça vimos em nossos tempos tão perto a corôa d'estes reinos; — a segunda razão, porque como de minha parte faltasse a sufficiencia e fossem tão humildes o auctor e estylo d'ella, sem um tão grande amparo não

seria estimada nem admittida; confiando na grande benignidade de V. Ex.ª e entendendo d'ella que como Principe tão generoso quererá pôr os olhos n'ella, e, pondo-os, cobrará novo ser e estimação que por seu auctor lhe faltava.

Nosso Senhor a Real pessoa de V. Ex.ª nos guarde por muitos annos com os mais Principes da Real Casa de Bragança para amparo d'estes reinos.

Humilde vassallo de V. Ex.ª

O Licd.º *Gaspar Dias de Landim.*

CAPITULO I

Em que se trata de como foi coroado El-Rei D. Affonso V em a villa de Thomar

Na villa de Thomar foi levantado por Rei o Principe D. Affonso V do nome, onde morreu seu pae El-Rei D. Duarte, achando-se presente á solemnidade de tal acto, o Infante D. Pedro seu tio, e porque alguns suspeitosos o queriam calumniar e infamavam com dizer que pretendia tyrannisar a corôa e fazer-se Rei, deixando-a a seus descendentes; elle pelos fazer mentirosos foi o primeiro que lhe beijou a mão com mostras de muita fidelidade e humildade e lhe fez juntamente uma breve pratica n'estas palavras, em presença da Rainha Leonor, e de toda a fidalguia dos reinos.

— «Muito alto e excellente Principe e Sr.: assim como eu ponho hoje a Vossa Alteza n'este throno em que por graça de Deus recebeis legitimamente o real sceptro e corôa d'estes reinos, assim espero com sua ajuda de vol-os ajudar a manter e deffender com

todas minhas forças, poderes e saber, todas as vezes que Vossa Alteza m'o mandar ou eu sentir que cumpre a vosso real estado e serviço.»

Feita pelo Infante esta breve pratica, logo por seu mandado D. Duarte de Menezes, alferes mór, filho do conde D. Pedro de Menezes, primeiro capitão de Ceuta, com a bandeira real alevantada e os reis de armas e arautos com elles, o acclamaram por Rei; e acclamado, foram com ella pela villa repetindo tres vezes por ella, em diversos logares conforme o costume, com todas as solemnidades e ceremonias que ao tal acto pertenciam; porque o Infante D. Pedro por cuja ordem se faziam era mui visto e pratico em similhantes materias, e quiz que n'aquelle não ficasse nada por fazer em que se podesse mostrar grandesa e magestade, e por mostrar grande lealdade, e desenganar os que d'elle tinham ruim conceito, o que porventura nascia de lhe não terem boa vontade, e principalmente por mostrar á Rainha que aquella fôra sempre sua leal e verdadeira intenção e não outra, que lhe faziam crêr, de pretender reinar; pela qual rasão já em vida d'El-Rei seu marido lhe não mostrava boa vontade, o que tambem se atribuia ás guerras que tinham precedido entre El-Rei de Aragão D. Fernando, seu pae, com o conde de Urgel, sogro do Infante D. Pedro sobre a corôa d'aquelles reinos; e ou fosse esta a causa ou ambas, claramente se lhe conhecia não lhe ser bem affecta, e ella o não tinha muito em secreto, posto que o Infante lhe não tinha melhor vontade; mas emquanto viveu El-Rei seu marido o encobriu como muito sagaz que era, e lhe ser assim necessario por não desgostar a El-Rei seu irmão que sabia que era muito afeiçoado á Rainha, o que se viu bem pelo dis-

curso do tempo, e obras que se seguiram que a elle não custaram menos que a vida, com uma morte affrontosa, e acabamento da sua casa, e a ella grandes perseguições e trabalhos, e, como se entendeu uma morte apressada, dada com grande deshumanidade com veneno, como adiante se verá.

CAPITULO II

Em que se trata dos principes que havia n'este reino, da casa real, n'este tempo

FALLECEU El-Rei D. Duarte na villa de Thomar, em o mez de Agosto de quatrocentos e trinta e oito, que foi o tempo em que foi levantado por Rei seu filho El-Rei D. Affonso, sendo casado com a Rainha D. Leonor, filha de El-Rei D. Fernando, o I de Aragão, ficando ella prenhe da infanta D. Joanna, que casou com El-Rei D. Henrique IV de Castella, chamado o *Enfermo*, e lhe ficaram mais El-Rei D. Affonso, que lhe succedeu no reino, como fica dito; o Infante D. Fernando, duque de Vizeu, mestre das Ordens de Christo e Sant'Iago, que foi pae do grande Rei D. Manuel e de D. Leonor, Rainha d'estes reinos, mulher de El-Rei D. João II, e de D. Izabel, duqueza de Bragança, mulher do duque D. Fernando II.

Ficaram mais de El-Rei D. Duarte e da Rainha D. Leonor, a Princeza D. Leonor, senhora dotada

de grandes virtudes e rara belleza, que foi mulher do Imperador Frederico III da Allemanha; a Infanta D. Catharina, que morreu donzella, posto que esteve apalavrada, e promettida com D. Duarte IV, rei de Inglaterra, e falleceu antes do matrimonio se effectuar.

E para melhor intelligencia do que se dirá adeante é necessario saber que ao tempo que morreu El-Rei D. Duarte, havia, e ficaram n'este reino o Infante D. Pedro de que já se tratou, que era duque de Coimbra, senhor de Montemór-o-Velho, Penella e outras muitas terras, Principe de grande prudencia e mui experimentado em materias de guerra e governo, de quem se podia esperar melhor fim do que teve, o qual foi mui calumniado, e suas cousas mal julgadas, como adeante veremos; — o Infante D. Henrique, duque de Vizeu, mestre da Ordem de Christo, ao qual succedeu no estado o Infante D. Fernando, seu sobrinho, de quem atraz fica dito; o qual Infante deu principio ao descobrimento das Indias Orientaes, e outras muitas terras, e provincias que se foram ajuntando á corôa d'estes reinos; — o Infante D. João, condestavel d'estes reinos, na qual dignidade tinha succedido ao grande D. Nuno Alvares Pereira, primeiro condestavel n'elles e unico restaurador da corôa de Portugal, pelo que meritissimamente lhe foi dado nome de *Pae da patria*; — o mestre D. Fernando, mestre de Aviz e senhor de Salvaterra e Athouguia, e outras terras, o qual estava detido em Fez, sobre a entrega promettida da cidade de Ceuta; — o Infante D. Affonso, filho natural, Principe de tantas partes, tão estimado e podèroso como cada um dos outros, que foi o primeiro duque de Bragança e Guimarães, successor

da casa de seu sogro o grão Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, da qual casa de Bragança procedem os mais Reis e Monarchas da Europa, em especial os reis de Portugal e Castella e imperadores da Allemanha, que por linha direita trazem sua descendencia, de que se não póde gloriar outra alguma, não digo só de Hespanha, mas não ainda dos Principes potentados de Italia e Allemanha, porque do famoso condestavel D. Nuno Alvares ficou uma filha por nome D. Brites que lhe succedeu na casa, senhora de excellentes virtudes, a qual casou com o Infante D. Affonso, filho de El-Rei D. João I, que na virtude e excellencias foi um retrato de valoroso pae, de cujo felicissimo matrimonio nasceu a Infanta D. Izabel que foi mulher de seu tio o Infante D. João, irmão de seu pae, tão valoroso nas obras, como excellente nas virtudes, dos quaes nasceu a rainha D. Izabel, mulher de El-Rei D. João, II de Castella, dos quaes foi filha a catholica Izabel, Rainha de Castella, mulher de El-Rei D. Fernando, o primeiro d'aquelles reinos, a quem chamaram o catholico, terceira neta do grão Condestavel Nuno Alvares, e segunda neta do Infante D. Affonso, 1.º duque de Bragança, e n'elles se ajuntaram á corôa de Castella os reinos de Aragão, Napoles e Sicilia, com outros grandes estados, e conquistaram mais o reino de Granada, que com valoroso animo ganharam a Boaddeli, rei d'ella, chamado rei *Chiquito*, com que ficaram monarchas de toda Hespanha, excepto Portugal, e o mais pertencente a esta corôa, que depois se uniu no prudentissimo Filippe II, potentissimo Monarcha das Hespanhas, em quem todas se tornaram a ajuntar, tirando a parte d'ella que possuem os reis de Fran-

quer grande lealdade e fidelidade, e que não reparasse, lhe aconselharam juntamente, no trabalho do governo, porque se pelo tempo em deante se visse muito opprimida e carregada com os negocios d'elle, de sua mão daria a parte que lhe parecesse a quem visse que lhe merecia e com mais lealdade lh'o administrasse.

Finalmente asseguraram com palavras que se não temesse de nenhum, porque todos estavam prestes para a conservar e sustentar em seu estado e governo até sobre isso perderem vidas, honras e estados.

E como estes fossem dos principaes senhores e fidalgos do reino, e muitos, ficou a Rainha mui consolada e com muita confiança firme e resoluta em não largar o governo na fórma que lhe aconselhavam, e com este proposito os despediu, e se desfez o ajuntamento, ficando todos com proposito firme de a sustentarem assim em memoria d'El-Rei D. Duarte que estava em gloria, que tanto amavam, o qual em vida os amara como a filhos, como d'elle se sabe, como tambem por entenderem que a elles lhe importava ser assim, não menos que á Rainha, por não conhecerem o Infante D. Pedro muito affeiçoado á nobreza e fidalgos, que toda sua negociação era com a gente popular, e por favorecer demasiadamente ao povo escandalisava muitos, de que procedia serem-lhe estes pouco affeiçoados, elle ser muito amado e seguido dos outros; de que nasceram muitas suspeitas contra elle procedidas de se querer fazer muito amado dos povos que sabia serem amigos de novidades, motins e levantamentos.

reaes de Portugal e Castella e de outros Principes potentados, nenhuma se póde gloriar de procederem d'ella as casas reaes; além d'esta grandeza tem outra não menos qualificada que é andar sempre unida por casamentos com as mesmas casas reaes.

E não sómente procederem todos estes Monarchas, por esta via, da real casa de Bragança, mas tambem por outra extirpe; porque de outra neta que teve o mesmo Infante D. Affonso, 1.º duque de Bragança, filha do Infante D. João seu sogro, e bisneta do grão Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, chamada D. Beatriz, como sua avó, que foi mulher do Infante D. Fernando, irmão d'El-Rei D. Affonso V, foi filho o grande Rei D. Manuel, cuja filha a Princeza D. Izabel casou com o inclito imperador Carlos V maximo, de quem foi filho como fica dito, o grão Monarcha Filippe II sexto neto do grão Condestavel e quinto do Infante D. Affonso, 1.º duque de Bragança.

E finalmente, pelas ditas duas vias, procedem d'esta real casa todos os Reis de Portugal e Castella, como foram El-Rei D. João III, El-Rei D. Sebastião, unico do nome, tão exforçado como mal aconselhado e peor afortunado, e Henrique, ultimo Rei d'esta corôa, filho do mesmo Rei D. Manuel.

Havia mais a Infanta D. Filippa casada com Filippe, duque de Borgonha, Princeza de singulares virtudes e excellencia; todos filhos do valoroso Rei D. João o I.

Haviam tambem, mui chegados á casa real, o conde de Ourem, e D. Fernando, conde de Arrayollos, filhos do Infante D. Affonso 1.º duque de Bragança, primos co-irmãos d'El-Rei D. Affonso V, o

qual D. Fernando succedeu na dita casa de Bragança por morte do Infante D. Affonso seu pae, e foi o 2.º duque da dita casa e primeiro do nome, ao qual succedeu n'ella D. Fernando II que foi casado com a duqueza D. Izabel irmã d'El-Rei D. Manuel e irmã da rainha Leonor mulher de El-Rei D. João II.

CAPITULO III

De como se abriu o testamento de El-Rei D. Duarte, e duvidas que houve sobre elle

TANTO que a Rainha D. Leonor viu levantado por Rei o Princepe D. Affonso seu filho, e foi livre de seus receios, vendo que o Infante D. Pedro de quem se temia fòra o que mostrara d'isso mais gosto, e assistira ás solemnidades de seu levantamento com tanta sollicitude, se conheceu n'ella perder muita parte do odio que de antes se lhe conhecia, e se as obras da parte do Infante se foram continuando como se esperava, de todo perdera a paixão que contra elle tinha, por ter um animo bem intencionado, inclinado a todo bem; mas como ellas foram muito pelo contrario, assim tambem o odio entre elles foi em crescimento.

Depositado o defunto Rei em logar conveniente, querendo a Rainha mandar abrir seu testamento, a primeira pessoa que mandou chamar para se achar presente foi o mesmo Infante D. Pedro, e logo o In-

fante D. Affonso, ambos irmãos do Rei morto, e tios de El-Rei D. Affonso, e apoz elles a seu tio da mesma Rainha, D. Pedro, arcebispo de Lisboa, porque os Infantes D. Henrique e D. João não se acharam á morte de El-Rei, nem estavam ainda em Thomar; e sendo tambem chamados muitos fidalgos e prelados, perante elles e perante alguns notarios publicos que para esse effeito se mandaram vir, foi aberto o testamento de El-Rei D. Duarte, e se viu por elle que deixava a Rainha sua mulher por universal herdeira de todo o movel, e recamara, e por tutora de seus filhos, e regente d'estes reinos, até o Princepe seu filho ter edade para os governar, sem assistencia, nem ajuda de outra alguma pessoa; de que o Infante logo se mostrou com grande paixão e descontentamento que n'elle foi bem conhecido, posto que nas palavras o não mostrava, mas pela tristeza que não pôde encobrir.

Dispunha mais El-Rei em seu testamento que sem embargo de quaesquer inconvenientes que se oppozessem, fosse resgatado seu irmão o Infante D. Fernando; e que quando El-Rei de Fez não quizesse vir em outro partido, se lhe entregasse a cidade de Ceuta, como com elle se tinha tratado.

Das mais cousas que dispunha, se não trata por não pertencerem a esta relação.

Feita a abertura do testamento e elle publicado, começou a Rainha a usar do officio de regente como n'elle estava ordenado, mas com grande descontentamento do Infante D. Pedro, e de outros que a ella não eram affeiçoados, e da facção e opinião do Infante, por cujo induzimento começou o povo a fazer alguns ajuntamentos, e conventiculos em que murmuravam e reprehendiam o governo da Rainha,

o que tudo era feito e persuadido pelos familiares do Infante, e outros seus affeiçoados; d'onde procedeu que um Vicente Egas se atreveu a fazer á Rainha uma pratica, em nome da cidade de Lisboa, cujo procurador era em côrtes, e em nome de todo o reino, sendo para isso acompanhado de outros muitos da parcialidade do Infante, entremetendo n'ella algumas palavras tão atrevidas, como descortezes para sua Rainha e senhora; cuja substancia se porá no capitulo seguinte.

CAPITULO IV

Da pratica que Vicente Egas fez á Rainha

Senhora: a administração e governo d'estes reinos que Vossa Alteza tão livre e soltamente tem tomado é tão grande e profundo que muitos varões de grande saber e animo, e fortaleza, e dotados de grande prudencia o podem receiar, e receiaram muitas vezes; e por Vossa Alteza ser mulher e estrangeira, posto que dotada de grandes virtudes, e se lhe bem vêr o grande desejo que tem de acertar e governar com inteiresa e satisfação, ainda que não houvera contradicção em seu governo, não se póde cuidar, nem esperar que governará com a tal satisfação, mórmente sendo contra vontade e consentimento de todo o reino; e sobretudo deve considerar que ha n'elle quatro filhos de El-Rei D. João que está em gloria, e todos são Principes de muita prudencia, de grande poder e auctoridade, queridos e amados do reino, e naturaes d'elle,

a cada um dos quaes direitamente pertence o governo e administração, e cada um d'elles ha de ter por grande quebra de sua pessoa e casa estarem sujeitos ao governo de uma mulher que nem é natural, nem herdeira do reino, e posto que elles por suas bondades, modestia e virtudes, e por respeito de El-Rei seu irmão que está em gloria, e por quietação do reino o queiram consentir, não faltarão muitos zelosos do bem do reino, e outros, amigos de novidades, que lhe farão obrar e proceder de outra maneira; com o que não se poderão evitar grandes escandalos e odios, com outros muitos males que necessariamente hão de ser impedimento para que nem elles possam governar com satisfação como cumpre ao serviço de Deus e de El-Rei seu filho em proveito do reino, o que ante todas as cousas se deve procurar, e não se fie de offerecimentos de muitos que lhe fallam á vontade, nem creia que o poder d'elles póde prevalecer contra tão poderosos Principes, porque o melhor do reino os ha de seguir, e por fim o que elles quizerem ha de ser; será tanto assim que já pelas praças e logares publicos se murmura e pratica que El-Rei nosso senhor lhe não podia deixar, nem encarregar o governo do reino, porque essa eleição pertencia sómente aos tres Estados d'elle; e é bem de presumir que d'onde aquellas cousas saiem em tão breve espaço de tempo, mais fica encoberto, principalmente sendo as pessoas que n'isso praticam de grande qualidade; pelo que eu, e os mais presentes lhe vimos a lembrar e aconselhar que para sua quietação considere todos estes inconvenientes, e deixe voluntariamente o governo do reino, antes que lhe seja forçado deixal-o, ou impedida de sua natural fraqueza ou for-

çada de outras forças maiores e contra sua vontade a constranjam a largal o, porque então será com grande menoscabo de sua pessoa, e a Vossa Alteza bem lhe basta o cuidado da creação d'El-Rei nosso senhor e de seus irmãos e o cumprimento do testamento d'El-Rei seu marido que está em gloria, que são cousas tão grandes e de tanto peso que lhe hão de dar bem em que entender, e em que tem mais obrigação de se empregar».

CAPITULO V

De como a Rainha tomou conselho com os seus

Acabada esta pratica de Vicente Egas, a Rainha o despediu a elle e aos mais que vieram em sua companhia, sem outra resposta mais que dizer, que ella o veria com os do seu conselho, os quaes logo mandou chamar, e deu conta do atrevimento de Vicente Egas e dos que o acompanharam, e entre todos, presente a Rainha, o praticaram e tiveram por sem duvida que não era elle e seus companheiros auctores d'aquelle despejo, mas que eram obras do Infante D. Pedro e seus sequazes que já se sabia que traziam grande negociação com os povos, porque não sendo assim não tiveram atrevimento para que fóra de acto de côrtes e sem se lhe pedir parecer se atreverem a fazer similhante pratica á Rainha.

Depois de tratado o caso se vieram a resolver que em nenhum modo abrisse caminho, nem désse

logar a se tratar de largar o governo do reino, nem sobre tal caso désse audiencia a pessoa alguma, posto que fosse de muito maior qualidade que Vicente Egas, e que quando fosse tal pessoa que de necessidade e cortezia se lhe não podesse negar tal audiencia, que então fossem chamados os do seu conselho, e os fidalgos e prelados que estavam em serviço de El-Rei e seu, para com o parecer d'elles dar a resposta conveniente; affirmando que El-Rei seu marido, que estava em gloria, a podia muito bem deixar por regente do reino e tutora de seus filhos, fundando-se em razões de direito, e em especial, porque a successão d'estes reinos não era de eleição, porque posto que El-Rei D. Affonso Henriques, primeiro Rei d'elles, fosse eleito por Rei, houve os Estados de Portugal por successão, e não por eleição, como filho e herdeiro do conde D. Henrique e da Princeza D. Tareja sua mãe, a quem foi dado em dote; pelo que do mesmo modo a eleição de regente pertencia a El-Rei seu marido, e não ao reino.

E a principal razão que outros apontaram para que de nenhum modo o largasse, foi que sem duvida largando-o se havia de dar ao Infante D. Pedro, em cujo poder não ficava segura a vida d'El-Rei e dos mais seus filhos, porque era um Principe muito poderoso e mui amado dos povos e gente popular do reino, e se lhe conhecera sempre grande desejo e ambição de senhorear e engrandecer suas cousas, o que junto com o poder de regente o podia criar n'elle de reinar e deixar a successão d'estes reinos a seus filhos e descendentes (se já o não tinha, como d'elle se suspeitava) e que se devia considerar que o desejo de reinar era bastante para dessarratar qual-

quer grande lealdade e fidelidade, e que não reparasse, lhe aconselharam juntamente, no trabalho do governo, porque se pelo tempo em deante se visse muito opprimida e carregada com os negocios d'elle, de sua mão daria a parte que lhe parecesse a quem visse que lhe merecia e com mais lealdade lh'o administrasse.

Finalmente asseguraram com palavras que se não temesse de nenhum, porque todos estavam prestes para a conservar e sustentar em seu estado e governo até sobre isso perderem vidas, honras e estados.

E como estes fossem dos principaes senhores e fidalgos do reino, e muitos, ficou a Rainha mui consolada e com muita confiança firme e resoluta em não largar o governo na fórma que lhe aconselhavam, e com este proposito os despediu, e se desfez o ajuntamento, ficando todos com proposito firme de a sustentarem assim em memoria d'El-Rei D. Duarte que estava em gloria, que tanto amavam, o qual em vida os amara como a filhos, como d'elle se sabe, como tambem por entenderem que a elles lhe importava ser assim, não menos que á Rainha, por não conhecerem o Infante D. Pedro muito affeiçoado á nobreza e fidalgos, que toda sua negociação era com a gente popular, e por favorecer demasiadamente ao povo escandalisava muitos, de que procedia serem-lhe estes pouco affeiçoados, elle ser muito amado e seguido dos outros; de que nasceram muitas suspeitas contra elle procedidas de se querer fazer muito amado dos povos que sabia serem amigos de novidades, motins e levantamentos.

CAPITULO VI

De uma junta que fizeram os fidalgos em favor da Rainha

PASSADO este ajuntamento feito em presença da Rainha, d'ali a poucos dias se tornaram a juntar no convento da mesma villa os mais dos fidalgos que n'ella se acharam e, com elles, todos os do governo e justiça, e muitos cavalleiros principaes e em que foi junta a mór parte da nobreza do reino, excepto os Infantes que se não achou presente nenhum d'elles, e de consentimento de todos fez o marechal uma pratica que lhe foi commettida a elle por mais eloquente, posto que havia outros de mais qualidade, em a qual, de consentimento de todos, veiu a resolver que, em todo o caso, ficasse a Rainha com o governo do reino, e juntamente a tutoria e creação d'El-rei seu filho, persuadindo e incitando a todo o povo que em nenhum modo consentissem outra cousa assim, porque se cumprisse o que ordenara um Rei tão amigo de seus vassallos, que

melhor lhe convinha o nome de pae que de Rei, pois em todos seus trabalhos, que foram muitos n'esses poucos annos que reinou, se tinha visto; como tambem por ella ser uma senhora tão virtuosa, e de costumes tão santos e exemplares, que merecia muito mais que o governo, e que por ser estrangeira era bem que todos a servissem e mostrassem ser seus perpetuos deffensores e leaes vassallos, pois tinham recebido d'ella muitas mercês e grandes accrescentamentos, e servindo-a como eram obrigados receberiam outros muitos, muito maiores.

E que sobre tudo deviam trabalhar porque o governo não viesse ao Infante D. Pedro, pois conheciam seus rigores, e o animo com que sempre encontrara os fidalgos, e se viesse com o governo do reino, a todos havia de anniquilar e acanhar; e sobre tudo o advertissem que com suas hypocrisias e fingimentos trazia atraz si os povos e gente de baixa condição, e lhe fazia crêr que era muito justo, recto e de sã consciencia, sendo tudo pelo contrario, e que suas dissimulações havia de ser causa n'estes reinos (se fosse regente) de grandes alterações e movimentos que elle havia de ordenar, com o favor popular, pelas vias que podesse, para melhorar suas cousas, ainda que fosse com arriscar todo o reino.

E que ainda que assim não fosse não tinham que esperar d'elle, porque a todos era contrario, e sómente era affeiçoado á gente baixa e vil, e só para esses guardava seus favores; propondo, e affirmando, por fim da sua pratica, que se os que eram presentes se unissem e seguissem a parte da Rainha, não podia prevalecer a do Infante por ser sómente favorecida de gente popular, humilde e de pouco

valor; e que além dos que presentes estavam, que era o melhor do reino, da mesma opinião eram todos os mais fidalgos e prelados, e até os mesmos Infantes irmãos de D. Pedro, porque o Infante D. Henrique o mostrava, e dizia assim, e o mesmo se sabia do Infante D. Affonso e de seus filhos os condes de Ourem e Arrayollos, e que tendo taes cabeças a que seguir não havia que temer, nem que duvidar de com seu favor sahirem com cousa tão justa, encarecendo, por conclusão da pratica, que todos o houvessem assim por bem, e o jurassem, e pozessem por escripto, o que logo foi approvado por commum consentimento, e d'isso fizeram seus autos solemnes tomando todos juramento de o cumprir, que assignaram, e tanto que foi assignado o mandaram levar á Rainha, com o qual teve grande contentamento, por vêr tantas pessoas poderosas tão determinadas em seu favor.

E porventura que da muita confiança que d'este accordo teve se lhe seguiu grande damno, porque lhe foi causa de se descuidar n'estes principios, e de não acceitar alguns partidos que se lhe offereceram, que acceitara, accommodando-se com o tempo, com que escusara as perseguições que teve, e as miserias que padeceram ella e as infantas suas filhas com sua apressada morte, mui differente da que merecia por sua muita virtude e merecimentos; e do Infante D. Pedro se escusara a deshonrada morte que teve, e acabamento de sua casa, premio mal merecido de suas obras, se já não cremos os que davam mais credito ás suas suspeitas e ao que d'elle julgavam.

CAPITULO VII

Das côrtes que se fizeram em Torres Novas, e do que d'ellas se ordenou

HAVENDO a Rainha de coroar com a maior brevidade possivel a El-Rei seu filho, mandou publicar côrtes na villa de Torres Novas, e avisar os grandes, assim prelados e fidalgos, e aos povos do reino, assignando-lhe dia certo; sendo tambem avisados primeiro os Infantes e os condes de Arrayollos e Ourem, e o arcebispo de Lisboa seu tio.

E sendo todos juntos n'aquella villa, em a praça junto á egreja de Santiago se armou um theatro bem armado e concertado, onde se sentou El-Rei em logar alto e decente, e logo mais abaixo os tres Infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Affonso, e seus filhos, que como fica dito eram os condes de Ourem, e Arrayolos, e d'ahi para baixo todos os mais senhores, fidalgos, e prelados, e os procuradores das cidades e villas do reino em seus logares, conforme a precedencia de cada um.

E logo fez Vasco Fernandes de Lucena uma pratica não muito comprida, mas mui elegante e auctorisada, com graves sentenças e auctoridades para aquelle acto pertencentes, e encarecendo com ellas a fidelidade e lealdade que todos estavam obrigados a guardar a El-Rei, e o respeito e obediencia que lhe deviam como a seu Rei e senhor, posto que da casa real fossem, e de maiores edades que elle, as quaes lembranças lhe mandou fazer a Rainha por lhe parecer necessarias n'aquelle tempo, por causa dos Infantes tios do mesmo Rei, que por ser menino já se murmurava que lhe não guardavam o decoro devido tão inteiramente como tinham obrigação, o que tambem se apontou por causa dos receios que ella tinha d'esses mesmos Principes se senhorearem d'elle mais do justo.

Acabada a pratica logo os Infantes seus tios que estavam presentes lhe beijaram a mão, e deram a homenagem costumada, e após elles os condes de Ourem e Arrayollos, logo os arcebispos e prelados, fidalgos, estados do reino, alcaides de fortalezas, e procuradores de povos, e os mais que em tal acto a costumam dar.

Acabado o juramento e solemnidade d'elle, alguns procuradores se quizeram metter a tratar do governo do reino; e posto que os fidalgos lh'o quizeram impedir, porque todos, ou os mais estavam de opinião que se não havia de tirar á Rainha, não foi possivel impedir-lh'o pelo muito que fizeram por isso Vicente Egas e Pero de Serpa que eram procuradores da cidade de Lisboa, os quaes com grande calor, e instancias queriam que se desse logo ao Infante D. Pedro, em que porfiaram por grande espaço; mas por fim foram atalhados pelos fidalgos que os fize-

ram sahir com os mais procuradores sem concluirem nada n'esse dia.

O que sabido pela Rainha, como desejasse todo o bem do reino e quietação d'elle, e temesse as negociações do Infante, e se não offerecia outro impedimento mais que o seu d'elle, lhe mandou pedir pelo Infante D. Henrique se quizesse vêr com ella que tinha negocios de importancia que lhe communicar; do que elle mostrou grande contentamento, e tomando tempo para as vistas lhe foi fallar, e estiveram grande espaço praticando e tratando sobre a variedade de opiniões que havia sobre o governo do reino; e ella lhe lembrou e encareceu quão necessario era a concordia e união, e escusadas as dissenções, e que ninguem tinha mais obrigação de as atalhar que elles ambos, ella como mãe d'El-Rei D. Affonso, successor d'elle, e o Infante como filho mais velho d'El-Rei D. João, a quem tanto custara deffendel-o, e como irmão d'El-Rei D. Duarte de quem fôra tão querido, amado e honrado, em quem todo o reino tinha postos os olhos; e a estas razões ajuntou outras que bem mostrou haver n'ella grande prudencia e virtude, e lhe pediu com muitos encarecimentos que ambos regessem e governassem o reino e se concordassem e concertassem sem mais serem necessarios outros meios nem terceiros, que n'isso mostravam serem dois amigos grandes e desinteressados como era bem que fossem.

Ouviu o Infante D. Pedro, e mostrou ficar satisfeito do que com elle tratou, e mui contente, e com muita reverencia, e mostras de humildade e acatamento lhe deu muitas graças; e no fim de sua larga pratica se vieram a conformar que ficasse a Rainha com a tutoria e creação de seus filhos, e a

administração, e ao Infante a deffensão do reino e governo da justiça; com nome de deffensor d'elle; o qual meio pareceu justo e racionavel a entre ambos, e o Infante mostrou ficar muito satisfeito.

Esta concordia se fez sendo presente o Infante D. Henrique que desejou muito de os concertar, e foi o principal para virem n'ella, e posto que o arcebispo de Lisboa, tio da Rainha, e outros grandes do reino, dos que foram ajuramentados em seu favor souberam que repartia o governo com o Infante, o quizeram impedir, e se vieram a ella para o estorvar, sobre que houve grandes alterações; comtudo a Rainha esteve sempre firme no que assentara com o Infante, posto que não faltaram alguns que por a calumniarem publicavam que não queria estar pela concordia que com elle tinha feito, sendo para isso persuadida do Infante D. Affonso, alludindo que os não queria vêr concordados, antes queria que houvesse entre elles paixões por não haver effeito o casamento de El-Rei D. Affonso com a filha do Infante D. Pedro em que já se tinha tratado em vida de El-Rei D. Duarte que assim o tinha determinado, porque pretendia que casasse com sua neta a princeza D. Izabel filha do Infante D. João seu irmão, que depois casou com El-Rei D. João II de Castella, e foi mãe da Catholica Rainha Izabel; e perdeu pouco na troca dos casamentos.

CAPITULO VIII

Das novidades que se moveram sobre o governo do reino

Publicada que foi a concordia feita entre a Rainha e o Infante D. Pedro, não foi approvada pelos povos e procuradores de côrtes, de que commummente se atribuia a culpa ao mesmo Infante e a seus negociantes, porque posto que no exterior e em publico mostrasse que queria estar por ella, lá lhe conheciam os que com elle tratavam mais particularmente que se não dava por satisfeito com menos que com todo o governo; pelo que logo ao outro dia em uma junta que se fez pelos procuradores e povo que se achou n'aquella villa, que a maior parte era de Lisboa e Santarem, com grandes vozes, e não pequena desordem acclamavam e bradavam que se havia de dar todo o governo ao Infante D. Pedro sem outra alguma companhia da Rainha, ou de outra pessoa; por outra parte os fidalgos, prelados, e nobreza com muita instancia insistiam, que

tudo havia de ficar á Rainha sem quererem admittir em cousa alguma d'elle ao Infante; sobre que houve grandes alterações entre nobres e populares, em tanto que se temeu algum grande alvoroço e motim; e para aquietarem o povo foi necessario dar audiencia a uma pratica que fez Vicente Egas, que como atraz fica dito era o procurador da cidade de Lisboa, a qual fez n'estas palavras:

Muito alto, e poderoso sr. Rei nosso, por que achamos e nos parece que ácerca do governo e regimento d'estes reinos é vossa Alteza requerido que cumprindo o testamento de El-Rei D. Duarte vosso pae que está em gloria se dê inteiramente á Rainha vossa mãe Nossa Senhora; nós como procuradores da vossa leal cidade de Lisboa em nome dos mais procuradores do reino nossos irmãos que presentes estão, dizemos com reverencia de vossa real pessoa não podia dispôr tal em seu testamento, nem deixar governador do reino a sua disposição e vontade, porque de direito a nós pertence eleger quem por defeito da madura edade de Vossa Alteza nos haja de governar, reger e deffender; isto não agrava vossa legitima successão, nem desfaz em nossa lealdade, que por ser filho legitimo primogenito, e varão, nós alegremente o reconhecemos por nosso verdadeiro Rei e Senhor e com ajuda de Deus lhe guardaremos aquella lealdade, fé e amor que como leaes vassallos lhe devemos; mas quanto a eleger Regente, e governador até Vossa Alteza ser de edade para governar, é nosso, e nós buscaremos e elegeremos quem o deva e possa fazer, porque tambem a nós sómente pertenceria eleger Rei se a legitima e real successão dos Reis d'estes reinos (o que Deus não permitta) faltasse, e se não guardaria o testa-

mento e disposição do ultimo Rei se outra cousa ordenasse, e assim pertence do mesmo modo eleger governador, e para Vossa Alteza ser bem servido basta que nós o elejamos tal que seja de vosso real sangue, e não estrangeiro, em que haja prudencia, virtudes, saber e sã consciencia com que possa bem governar, e sobre tudo lealdade a que se não possa pôr suspeita, e Vossa Alteza nos guarde nossa justiça e direitos como entendemos que fará, no que receberemos grande mercê, e vossos reinos e vassallos grande proveito e quietação; e o mesmo pedimos aos muito altos infantes, illustrissimos condes, magnificos fidalgos e prelados, nobres, cavalleiros e leal povo que aqui está junto para celebrar estas reaes côrtes, e a todos pedimos, com muita instancia que o ordenem e ponham logo em execução, pois é notorio quão necessario é.

Acabada esta pratica, como os corações dos ouvintes estavam tão varios, foram os pareceres differentes, pelo que não pôde haver concordia, e ficaram divididos em tres opiniões e pareceres, que confundiam mais a resolução do caso, porque a nobreza estava firme na sua opinião de que se não podia, nem devia tirar o governo á Rainha; o povo e procuradores insistiam tumultuosamente que se havia de dar inteiramente ao Infante D. Pedro; a terceira opinião era dos Infantes D. Henrique e D. Affonso, e dos condes de Ourem e de Arrayollos, com outras pessoas de grande qualidade que queriam que se repartisse o governo entre a Rainha e o Infante na fórma da concordia entre elles feita, de que era auctor o mesmo Infante D. Henrique e a favoreciam o Infante D. Affonso e seus filhos; e cada uma d'estas parcialidades dava muitas razões em confirma-

ção de sua opinião, trazendo muitos exemplos e auctoridades; e sem concluirem cousa alguma altercaram por espaço de quinze dias nos quaes houve grande confusão, e pouca esperança de concordia pela muita insistencia que cada um d'elles fazia em sustentar sua opinião, em tanto que em rasão d'ella se temeram grandes motins e revoltas da parte do povo que não soffria dilação em sua pretenção.

CAPITULO IX

Da segunda concordia que se tomou sobre o governo do reino

VENDO o Infante D. Henrique quanto importava dar-se brevemente determinação na materia do governo para atalhar tão arriscadas discordias e o grande perigo em que estava o reino, com virtuoso zêlo trabalhou por concordar o Infante seu irmão com a Rainha, e com sua grande negociação e calor que n'isso poz (em que gastou alguns dias) o veiu a effeituar com ajuda e parecer do Infante D. Affonso seu irmão, e seus filhos; e fazendo para isso ajuntar os tres estados do reino com as solemnidades, e acto de côrtes, foi por todos approvado, e logo denunciado e publicado por Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade, e a concordia e substancia d'ella foi, que a Rainha ficasse por tutora, e curadora de El-Rei seu filho, e de seus irmãos, e com administração da fazenda, e provimento dos officios e cargos, e o Infante D.

Pedro por deffensor do reino, e governador d'elle, e o conde de Arrayollos ficasse com o cargo da justiça sobre todas as justiças do reino, e que na côrte onde a Rainha estivesse com El-Rei seu filho andassem sempre seis do conselho repartidos a tempos com um prelado, e um dos grandes do reino, e dois cidadãos de Lisboa, e que não podessem andar mais, salvo os officiaes da casa, e serviço de El-Rei, e da Rainha e Infantes meninos, e que os mais fidalgos que viessem á côrte, e houvessem de andar n'ella por lhe importar, o não fizessem sem licença da Rainha; e com estes nomeados se terminassem todas as couzas que sobreviessem com auctoridade da Rainha que sempre havia de presidir, e com os pareceres do Infante D. Pedro, e Conde de Arrayollos, prevalecendo sempre a parte das mais vozes, com declaração que os dois cidadãos de Lisboa teriam ambos um só voto, e que sendo eguaes em votos o notificassem aos mais Infantes, e ao Conde de Ourem, e que a parte que seguissem os mais d'elles se guardasse; e de tal maneira eram feitas estas repartições, e os poderes dos governadores tão limitados, que poucas ou nenhumas cousas de importancia podia cada um d'elles despachar por si só; foi mais ordenado na mesma concordia que cada anno se fizesse um modo de côrtes particulares, a quem não haviam de vir mais que dois prelados, e cinco fidalgos, e oito cidadãos, e n'ella se determinassem algumas couzas que para as ditas côrtes annuaes se reservavam, e os do conselho por si não podiam determinar, e outras de tanta e maior qualidade, assim como mortes de grandes, perdimentos de terras da corôa, creação e instituição de leis; e que nas duas côrtes se podessem sempre emendar algumas cou-

zas que se achassem dignas de emenda; continha a dita concordia outras particularidades de não tanta importancia de que não é necessario tratar aqui, e posta esta determinação por escripto, sendo presentes alguns tabelliães publicos que para isso foram chamados, pareceu ao Infante D. Henrique se o Infante D. Pedro o assignasse, seria facil acabar com a Rainha o consentisse, e tambem assignasse; e para esse effeito lh'a mandou logo a ella assignar; o que algum tanto recuzou aconselhada e persuadida de fidalgos, e pessoas de grande qualidade, dando por razão que sendo o governo todo seu não sómente lhe tirava muita parte d'elle, mas ainda esse que lhe ficava era sujeito a pareceres de muitos de tal maneira que se podia dizer que ella ficava com nome de Regente, e aos estados do reino o poder e administração do governo, e que o seu parecer e voto não ficava de mais auctoridade que o de cada um dos outros que faziam o numero de quinze, ou vinte pessoas; e dado caso que aos mais em que era repartido o governo se lhe desse com a mesma limitação, n'elles não havia aquella razão de queixa como n'ella, porque a elles se lhe dava do que a ella pertencia; e o que peor era que os tres estados do reino tomavam para si todo o governo debaixo da ficção de o repartirem em tres governadores, e quando ella ficara com a parte que na concordia se lhe attribuia para que com os do seu conselho determinasse o que haveria por bem por quietação do reino, e por escuzar as discordias, e malles que se podiam seguir, e de outra maneira lhe não vinha bem, nem queria que o Infante D. Pedro, e o conde de Arrayollos o consentiriam na parte que se lhes attibuia.

Quem mais sentido ficou d'esta concordia e modo d'ella foi o Infante D. Pedro, porque como estava confiado em ficar com o governo inteiramente, e visse que a parte que se lhe dava era tão limitada e tão fóra do que elle esperava, se mostrou sentidissimo, e seus familiares e parciaes publicavam se lhe fizera mui grande aggravo; mas elle por não descontentar o Infante D. Henrique que tanto tinha trabalhado por esta concordia, e aos mais que foram auctores d'ella, e soubesse que a Rainha não queria assignar, respondeu que queria estar por tudo o que fôra determinado, parecendo-lhe que com aquella submissão contentaria os povos, e os mais estados, e que a Rainha por não querer acceitar ficaria em desgraça de todos; e que isso seria parte de elle alcançar todo o governo, o que bem se seguiu como se verá: ficou o Infante D. Henrique tão sentido e enfadado de vêr que a Rainha recusava assignar os instrumentos da concordia, entendendo que todo o seu trabalho ficava frustrado, que esteve determinado de se ir da côrte, e deixar estes negocios indeterminados, e o fizera se não temera a perdição e ruina do reino, e o manifesto perigo em que as cousas d'elle estavam postas, por vêr de uma parte o grande concurso de gente popular tão determinada a motins e alvoroços, e postos a aventurarem tudo por metter o Infante D. Pedro no governo; e da outra parte a nobreza e fidalguia a sustentar n'elle a Rainha, e de nenhum modo consentirem dar-se ao Infante que se não podia prezumir outra couza menos que a total destruição do reino, e esta foi a causa que contra sua vontade o deteve.

Tanto que foi sabido e publicado que a Rainha

não queria assignar os instrumentos da concordia, os povos se amotinaram e determinaram de logo metter na posse de todo o governo ao Infante; e feito um ajuntamento publico, lhe mandaram recado pelo doutor Lopo Affonso (ao qual elle fez escrivão da puridade tanto que se viu no governo tirando-o a Nuno Martins da Silveira, aio de El-Rei, a quem El-Rei D. Duarte o tinha dado) e por elle avisaram ao Infante de como estavam prestes e determinados para seguir o que elle lhe ordenasse, e que sua vontade era que tomasse só o governo do reino, que viesse e o meteriam de posse; sabendo os fidalgos e nobreza d'este grande alvoroço e ajuntamento, lhe pareceu bem dissimular por então, e dar logar ao povo por se não acharem com poder bastante para o encontrar, e aconselharam a Rainha que por escusar outro maior mal assignasse as escripturas da concordia, que por então assim cumpria a seu estado, honra e quietação do reino, porque não fosse achaque o não assignar para se lhe imputar a culpa das desordens que podiam os populares cometter; e como ella sempre foi inclinada a todo o bem, mandou logo chamar o Infante D. Henrique em cujo poder estavam as escripturas da concordia, com recado que as trouxesse, que logo veiu, e ella as assignou, e lhe pediu as fizesse assignar pelos Infantes e os condes seus filhos, com todos os fidalgos, prelados, e procuradores das côrtes, e as mais pessoas de qualidade, e que jurassem todos de estar por ella e a cumprir para que ficasse de todo firme, e se acabassem inquietações e discordias, affirmando-lhe que a isso a obrigava ser elle quem o tinha ordenado e quem sempre conhecera por muito amado e querido de El-Rei D. Duarte seu marido que

estava em gloria, e não menos affeiçoado ás suas couzas d'ella; e juntamente por conservar o bem commum, e quietação do reino; o que logo foi feito, e juraram todos sobre um altar que foi levantado na capella real, e foi a Rainha a primeira que o jurou sobre um missal, e logo o Infante D. Pedro e os Infantes D. Affonso e D. Henrique, e após elles os Condes de Ourem e Arrayollos e os Arcebispos de Lisboa e Braga e todos os mais prelados e fidalgos do reino, com os procuradores das côrtes e outras muitas pessoas de qualidade.

Não durou muito nos populares e procuradores de povos a força do juramento e determinação de concordia porque logo se mostraram descontentes e arrependidos, começando a murmurar e publicamente reprehender o governo da Rainha; e os que mais inquietos se mostraram foram os cidadãos e povo de Lisboa que andavam amotinados, e alevantados sem quererem obedecer a seu governo; o que o Infante D. Pedro não atalhava como tinha de obrigação como governador e defensor do reino.

CAPITULO X

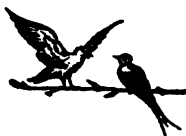
De como a Rainha passou as côrtes para a cidade, e da chegada do Infante D. João á côrte, e do que com ella succedeu

Como n'este tempo houvesse grande carestia de mantimentos na villa de Torres Novas, e fosse cada dia em crescimento pela muita gente que concorreu ás côrtes, e pelos annos serem muito estéreis, a Rainha com El-Rei e Infantes se partiram para a cidade de Lisboa, que com a opportunidade, e com a ordem que se deu em breve tempo foi provida de todos os mantimentos, com que cessou a carestia em parte, e passados alguns dias depois de estarem n'ella, sabendo o Infante D. Affonso que a Rainha tinha dado ao Infante D. Pedro um escripto de sua mão, de casar El-Rei D. Affonso com sua filha D. Izabel, e elle tivesse pensamento de casar sua neta, tambem D. Izabel, filha do Infante D. João, seu irmão e genro, com o mesmo Rei, o tratou com ella, e tratado lhe disse que mandasse

pedir o escripto ao Infante D. Pedro, no que ella veiu bem, mas lhe disse que não estavam as cousas em estado de tratar d'isso porque seria romper com elle, que dando o tempo logar se poria em ordem.

Poucos dias depois de passadas as côrtes a Lisboa, chegou a ella o Infante D. João, que por estar enfermo em Alcacer do Sal, não se havia achado na villa de Thomar ao levantamento de El-Rei, nem nas côrtes em Torres Novas á coroação de El-Rei seu sobrinho; e d'elle se conheceu bem sentir a morte de El-Rei seu irmão mais que todos os outros irmãos, e com razão, porque quando passou d'esta vida a Rainha D. Filippa sua mãe, elle e o Infante D. Fernando ficaram meninos, e El-Rei D. João seu pae recolheu comsigo ao Infante D. Fernando, e a elle deu a El-Rei D. Duarte, sendo Principe, o qual o creou e tratou como a filho, e por esta razão de creação que com elle teve, até da obrigação de irmão, houve entre elles sempre um grande amor, que foi causa de sentir sua morte extremamente; e tanto que foi na côrte, depois de beijar a El-Rei a mão com a obediencia devida, suas lagrimas sentidas, e palavras, deram claro testemunho de seu grande sentimento; e passados alguns dias em uma visita que fez á Rainha se lhe offereceu com palavras significadoras de grande amor, dizendo que então a serviria mais perfeitamente com toda a pontualidade que costumava em vida de El-Rei D. Duarte seu irmão, e ainda mais se mais podia ser; e entre as mais cousas que tocou lhe disse que lhe não parecia bem entremetter-se com os negocios do governo, e posto que n'esta materia este era seu parecer e tenção por mais decente, e mais

conforme a razão que tambem o era que em tudo o mais fosse servida e acatada e reverenciada, confirmando seu parecer com muitas razões que a Rainha lhe não acceitou bem, e o teve d'alli em deante por contrario a suas cousas, no que se não enganou, como se viu bem por obras, que ella não esperava d'elle, porque ainda que o tinha por affeiçoado ás cousas do Infante D. Pedro, pois fôra creado em sua casa, e recebido d'ella muito boas obras, e estivesse tambem de permeio a pretensão do casamento de El-Rei com sua filha, sempre imaginou que estas cousas causariam n'elle differentes effeitos, principalmente estando já as cousas no estado em que estavam, e dado na materia do governo o assento que fica dito; comtudo como lhe conheceu o animo não deixou de temer que com sua chegada haveria alguma mudança, pois elle se declarava com ella, e sabia que o povo de Lisboa não se aquietava, e só lhe faltava uma cabeça que descobertamente os favorecesse, e désse calor á sua determinação; porque o Infante D. Pedro por razão do que tinha assentado, e jurado, e pela contradicção que achava nos Infantes D. Henrique e D. Affonso, seus irmãos; pelo que agora vendo a cidade de Lisboa tão descontente, e o Infante D. João tão declarado lhe vieram grandes receios; no que não se enganou, porque logo começaram a fazer ajuntamentos secretos á instancia do Infante D. Pedro, umas vezes em sua casa, e outras em casa do mesmo Infante D. João, e outras partes, e passados alguns dias publicamente em praças e logares publicos, e com vozes altas, e inquietações murmuravam e reprehendiam o governo da Rainha, indo sempre estes alvoroços em crescimento de que se temiam maiores inquietações; o

que durou por muitos dias sem o Infante D. Pedro os atalhar, podendo, posto que no publico, e exteriores mostrava pezar-lhe, de que nascia que os desapaixonados discretos entendiam que tudo se fazia por seu gosto, e assim o entendia a Rainha e lh'o faziam os seus crêr.

CAPITULO XI

De como a Rainha mandou pedir ao Infante D. Pedro o escripto de casamento d'El-Rei que lhe tinha dado

VENDO a Rainha os alvoroços do povo, e sendo certificada que o Infante D. Pedro era o auctor de tudo, e que com a occasião da vinda do Infante D. João dava mais calor para conseguir a pertensão do governo, mandou chamar o Infante D. Affonso, e tractou com elle o modo que haveria para lhe mandar pedir o escripto do casamento de El-Rei seu filho que lhe tinha dado, porque além de elles assim o terem assentado, o mesmo lhe tinham aconselhado muitos fidalgos, ainda que ella duvidou muito de o fazer pela palavra que lhe tinha dada, e porque El-Rei D. Duarte assim o deixára ordénado; mas tomando por fundamento que o déra sem parecer dos Infantes, e dos grandes do Reino se determinou a pedir-lh'o; e tratando com algumas pessoas de grande qualidade para ir com este recado, não houve nenhum que o acceitasse, nem se atrevesse;

pelo que o mesmo Infante D. Affonso o tomou á sua conta, e lhe foi pedir em seu nome d'ella, dando por razão que se praticaria com os Infantes seus irmãos e com outras pessoas do conselho a quem era bem que se désse conta, o que por então se não podia fazer, porque não estavam as cousas em estado para logo se determinarem, e lhe pediu, e rogou lh'o mandasse, que havendo logar se trataria entre todos e se faria tudo a seu gosto, e como mais conveniente fosse, dizendo-lhe tambem que não desconfiasse de tudo se fazer como mais fosse sua honra e proveito, pois as pessoas com quem se havia de tratar e o haviam de determinar eram tão conjunctas a elle em sangue, e tão amigos de seu acrescentamento.

Muito sentido ficou o Infante D. Pedro da embaixada, e recado de seu irmão, e bem lhe occorreu logo o fim a que tirava, porque já de antes se temera d'isso; e bem entendia que seu irmão lh'o não fôra a pedir sem haver de permeio a tal pertenção; e assim lhe respondeu com mostras de grande sentimento e paixão, dizendo: que sim era verdade que tinha em seu poder o escripto, e com razão podera deixar de lh'o mandar, nem sabia com que razão lhe podia ser negado o que El-Rei seu irmão lhe tinha concedido, e a mesma Rainha confirmado, e que elle cria de sua virtude, e prudencia, que não era sua vontade faltar com a promessa, mas que lh'o faziam fazer pessoas interessadas, e pouco affeiçoadas a elle, e a ella não muito leaes, pois em tempo que se deviam atalhar todas as occasiões de que podessem nascer discordias, as buscavam de novo; e porque não parecesse que elle á força ou contra sua vontade da Rainha queria, ou tomava o que com tanta razão se lhe devia, lhe daria o seu

alvará, mas das suas mãos iria roto e despedaçado a seu poder d'ella em testemunho da quebra de sua verdade, e palavra. Ao que o Infante D. Affonso lhe respondeu com outra similhante paixão, que as discordias fôra bem atalharem-se, e tirar occasiões d'ellas, mas que quem mais razão tinha de assim fazer se conhecia bem ser o auctor d'ellas; e a estas se ajuntaram outras palavras não de muito amigos; e logo o Infante D. Pedro abriu um escriptorio, e tirou d'elle o alvará, e o rompeu, e feito em pedaços o entregou a seu irmão, e sem entre elles haver as palavras devidas, e costumadas se despediram; e o Infante D. Affonso se foi á Rainha, e assim ella como elle se sentiram gravemente do termo, e resposta do Infante D. Pedro, e de ahi em diante se conheceu bem n'elles a pouca affeição que se tiveram, e se encontraram em todas as occasiões que se offereceram.

CAPITULO XII

De uma embaixada que veiu d'El-Rei de Castella, e resposta que se lhe deu

ANDAVAM n'este tempo na côrte d'estes reinos embaixadores d'El-Rei D. João II de Castella, os quaes tinham vindo em vida d'El-Rei D. Duarte, e não foram ouvidos por causa da enfermidade d'El-Rei D. Duarte, nem depois pela inquietação que veiu sobre o governo do reino; pelo que pareceu necessario ouvil-os, pelos continuos requerimentos que faziam; e mandando para esse effeito chamar os Infantes, a Rainha perante elles ouviu sua embaixada, que não era de muito gosto nem de honra para este reino e era a substancia d'ella pedir El-Rei de Castella que certas egrejas que foram desmembradas dos bispados de Badajoz e Tuy que estavam situadas n'estes reinos, se tornassem a sujeitar aos prelados das ditas dioceses de que foram tiradas, e que os mestrados de Aviz e Santiago d'estes reinos se tornassem aos mestres

de Castella, e os reconhecessem por superiores, pois eram membros dos ditos mestrados e havia annos que contra razão andavam desmembrados, e se tinham isentado de sua jurisdicção; e que as eleições se fizessem mui embora cá em Portugal, mas que se fossem confirmar a Castella pelos mestres e superiores das ditas ordens; requeriam mais que alguns bispados d'estes reinos eram sujeitos e do districto do arcebispado de Sevilha como sua superior, e metropole que era, que se sujeitassem e obedecessem como sempre fizeram; continha tambem a dita embaixada muitas tomadas de navios e outras embarcações de que pediam restituição, apontando muitas razões de direito; e para esse effeito vinha entre os embaixadores um lettrado tido em Hespanha pelo maior juris-consulto de seu tempo.

Ouvida sua embaixada, em que tambem tocaram aggravos de sua detença, houve sobre a resposta e despacho d'ella diversidade de tenções e pareceres, porque uns que mostravam ser mais inclinados á paz e justiça, e em especial á Rainha, queriam que se respondesse com brandura; outrosque se remettesse a resposta ás armas, que bem sentiam estavam os Reis de Castella escarmentados d'ellas e das victorias do valeroso Rei D. João I, avô d'El-Rei D. Affonso e do grande Condestavel D. Nuno Alvares Pereira, honra de Portugal: mas n'esta variedade de opiniões se conformaram em um meio com que os despediram sem resolução, respondendo que por então se não podiam determinar as materias de sua embaixada por causa das inquietações em que o reino ficara por morte d'El-Rei D. Duarte e cousas que depois recresceram; que haveria El-Rei seu conselho, e tomada resolução mandaria seus embaixadores

com a resposta mais conveniente; não faltaram alguns suspeitosos que attribuiram esta embaixada aos Infantes de Aragão irmãos da Rainha D. Leonor que tambem o eram da Rainha de Castella, mulher de El-Rei D. João, dizendo que elles a ordenaram, porque n'esse tempo governavam aquelles reinos como cunhados do mesmo Rei, que n'isso lhe dava grande mão e queria metter este reino em necessidade de seu favor para as cousas da Rainha D. Leonor obrigarem estes reinos com lhe dar a entender que por seus meios se aquietavam aquellas duvidas, para que El-Rei D. Affonso e seus governadores lhe dessem favor e ajuda contra o Condestavel de Castella D. Alvaro de Luna, que n'este tempo era mui poderoso e andava travado em guerras com os mesmos Infantes, e havia n'aquelles reinos grandes inquietações e guerras ordenadas pelo Condestavel D. Alvaro que todas carregavam sobre os mesmos Infantes como auctores do desterro em que o mesmo Condestavel havia estado, e como demaziadamente curiosos diziam mais que para assim obrigarem estes reinos a não alterarem nada no governo dado á Rainha, mas tudo eram pensamentos e considerações imaginadas e com a publicação d'ellas indignavam o reino contra a Rainha.

CAPITULO XIII

Das calumnias que se punham ao governo da Rainha

Continuava a Rainha com seu governo, e administração do reino, e o primeiro em que entendeu foi em dar aio a El-Rei D. Affonso, seu filho, por ir já para seis annos, e ser tempo de lh'o dar, para o qual cargo nomeou e elegeu Nuno Martins da Silveira, fidalgo muito nobre e dotado de grande saber e virtudes, e sobretudo muito prudente, e tal que se não podera achar outro de mais partes que elle; e como bem intencionada e virtuosa, não querendo fazer falta em seu cargo tomou o trabalho do governo com mais fervor e continuação do que sua delicada natureza soffria e era costumada; e como os requerimentos e negocios recresceram demasiadamente, por que havia muitos dias que não havia despacho, e pela boa ordem que ella deu em ouvir e despachar, era necessario demasiada continuação, que foi cauza de lhe sobrevirem algumas

indisposições, além das que lhe cauzara o parto que se lhe ia acercando, pelo que lhe foi necessario retirar-se algumas vezes por lh'o aconselharem, e persuadirem pessoas nobres, e leaes, affirmando-lhe que não tinha obrigação de ser tão continua com tanto risco de sua vida, e interpozesse aos negocios do governo alguns dias de repouzo e descanço, porque d'outra maneira não podia sua fraqueza e indisposições com tanto pezo, e podia ser causa de ficar totalmente impossibilitada para acudir ao governo do reino; pelo que algumas vezes mais constrangida por necessidade, que por vontade, cessando dos negocios, não fazendo porém falta notavel, nem de muitos dias continuos; mas como o povo andava amotinado, e determinado a não soffrer seu governo, e fosse cada dia induzido, e não soffresse vêr o Infante D. Pedro na posse d'elle, com qualquer occasião pequena lhe punham grandes calumnias, com razão ou sem ella encareciam muito suas faltas, oppondolhe outras muito maiores que não havia, assim como dizer que com suas donas e damas consultava e despachava os negocios do reino e governo, e que ellas por dadivas e interesses e outros particulares respeitos de parentes, familliares e pessoas acceitas faziam prover nos cargos e officios de importancia pessoas incapazes, indignas d'elles, e que parecia que as ditas mulheres vendiam os ditos cargos a quem dava mais por elles; e que as materias que se haviam de despachar com homens sabios e prudentes, eleitos para isso em côrtes, se despachavam com mulheres fracas, e de pouco saber, e assim vinha a acontecer que os homens benemeritos que mereciam os cargos e despachos não eram ouvidos, nem despachados por não terem no paço mulher que por elles in-

tercedesse, ou as não obrigavam com dadivas, e lhe attribuiam outras culpas tão falsas e injustas como estas, com as quaes publicamente clamavam e murmuravam que se não soffria tal governo; ajuntando mais que o patrimonio real que se havia de gastar nas fronteiras d'Africa, e conquistas d'ella, e outras cousas tocantes á honra do reino, se gastavam como não deviam em joias de damas, e pessoas que o não mereciam; e os cargos e dignidades se davam como não deviam a pessoas em quem ficavam mal.

O que se sabia ser falso, porque a Rainha não despachava cousas de importancia sem os mais deputados como fôra ordenado nas côrtes, e no que dava procedia recta e justamente, pertendendo premiar quem o merecia, e que sempre o seu parecer era o mais acertado, e dos melhores; e por escuzar as calumnias e mormurações que sabia que havia contra ella não queria despachar coisas de importancia sem os deputados; mas como o povo andava tão determinado a prival-a do governo, e achasse tanta contradição na nobreza, era sua tenção desacredital-a, porque mais a seu salvo podesse sahir com sua pretenção; e posto que o Infante em publico não mostrava favorecer esta tenção, bem se conhecia n'elle que lhe não descontentava posto que tratando-se com elle que se determinasse, respondia que estava ordenado em côrtes, e jurado por todos, que não havia de ir contra seu juramento, salvo se se determinasse nas côrtes que estavam para se fazer, posto que fosse contra sua vontade o acceitaria e faria o que se ordenasse n'ellas por accudir ao bem commum, e proveito do reino, e com todas estas cousas como a Rainha tinha por si a nobreza, e o melhor do reino, continuou com

seu governo por alguns mezes muito contra a vontade do Infante e do povo da cidade de Lisboa que não punham em effeito sua determinação pelo respeito e contradição dos Infantes D. Henrique e D. Affonso, e dos Condes de Ourem e Arrayollos, e todos os mais fidalgos do reino. E logo no mez de Março de quatrocentos e trinta e nove se sahiu El-Rei de Lisboa com o Infante D. Fernando seu irmão, para Almada, e a Rainha com as Infantas suas filhas para sua quinta junto de Santo Antonio do Tojal por haver nas cidades muitos rebates de peste, e do mesmo mal se dizia ser fallecida a Infanta D. Filippa, sua filha em edade de doze annos, e d'ahi a poucos dias pariu a Rainha a Infanta D. Joanna, que foi mulher de El-Rei D. Henrique de Castella chamado o Enfermo; e poucos dias depois teve nova que o Infante D. Pedro seu irmão fôra morto no cerco de Napoles de um tiro de artilheria, em ajuda de El-Rei D. Affonso de Aragão que a tinha cercada, juntamente teve cartas consolatorias do Papa Eugenio das mortes de El-Rei seu marido e este irmão, em as quaes juntamente lhe pedia, e admoestava que de nenhum modo se desse Ceuta aos Mouros em troca do Infante D. Fernando, pelo muito que importava aquella força assim pela segurança da christandade, e honra d'este reino e outras razões de grande louvor para ella.

CAPITULO XIV

Como o Infante D. Pedro começou a pertender o governo descobertamente

Sendo em o mez de Agosto de quatrocentos e trinta e nove, se passou a Rainha de Santo Antonio do Tojal para Sacavem e El-Rei com o Infante D. Fernando se tornaram para Lisboa onde n'esse tempo estava o Infante D. Pedro, que cançado já de esperar que o povo de Lisboa pozesse em effeito a pertenção do governo como sempre imaginou e por terceiros sollicitava, fez ajuntar em sua casa muitas pessoas em quem tinha mais confiança, e entre elles seu grande amigo Alvaro Vaz d'Almada, capitão mór do mar, aos quaes fez uma falla no principio da qual foi reprehendendo o modo do governo e as muitas faltas que fazia n'elle, e logo se queixou da pequena parte que do governo lhe coubera nas côrtes, e quão livremente a Rainha usava do governo com o favor de seus irmãos e sobrinhos e fidalgos em tanto que mostrava já não es-

timar a elle nem aos mais que sabia serem-lhe affeiçoados, e a todos encontrava, e queria mal, o que bem se conhecia pelo modo com que os tratava, e o pouco que se fazia por elles, pois a nenhum se provia em cousa de importancia, nem se defferia a seus requerimentos, do que tambem procedia serem tidos em pouco, e que havendo de ser assim, e não havendo outro melhor meio, sua vontade era e estava determinado deixar aquella pequena parte do governo que lhe fôra dada, e elle individamente acceitára, e ir-se para suas terras, attento a pouca honra que recebia de estar na côrte com tanto menos cabo de sua pessoa, auctoridade e honra; dando-lhe claramente a entender n'estas palavras e outras que mais ajuntou, que não lhe dando todo o governo inteiramente nem assistiria na côrte de nenhum modo, pedindo-lhe déssem seus pareceres; e posto que houvesse alguns homens de justiça e inteireza que aconselhavam que se devia esperar as côrtes vindouras que se haviam de fazer dentro n'esse anno e no meio que se dilatavam se pedisse ao Papa relaxação dos juramentos que tomaram sobre a concordia do governo e repartição d'elle, foram poucos e a seus pareceres se não deram ouvidos, porque os cidadãos e todos os mais sem nenhuma temperança insistiam que logo se entregasse o governo ao Infante sem quererem dar ouvidos a outro meio, o que mais que todos insistiu foi o capitão Alvaro Vaz e alguns parentes que por mais persuadirem ao povo e cidadãos disseram e aconselharam ao Infante que se logo lhe não entregassem o governo livre se fosse para suas terras, porque perdia muito de sua auctoridade e estimação andando na côrte como andava com tão pouca auctoridade; e o

mesmo industriosamente lhe requeriam seus criados e familiares; mas vendo que até nos que elle tinha mais confiança e o seguiam havia diversos pareceres e a grande contradicção de seus irmãos e sobrinhos, não se atreveu a investir-se violentamente no governo, porque conhecia que se elles o encontrassem não podia sahir com sua pretenção e como tinha por propicio para ella ao Infante D. João, que descobertamente o favorecia, não se quiz determinar sem primeiro communicar com elle, para o que lhe mandou recado a Alcochete, onde estava, pedindolhe que se viesse a Lisboa onde o estava esperando, porque tinham que tratar cousas de muita importancia em que elle se não sabia determinar sem seu parecer, favor e ajuda; o Infante D. João tanto que teve este recado, largando todos os mais negocios se veiu com muita brevidade para Lisboa, não deixando já de entender a tenção com que o chamava, porque já tivera certeza do estado em que estava o povo de Lisboa, e dos ajuntamentos que se faziam em casa do Infante seu irmão e sobre quê.

CAPITULO XV

Da falla que tiveram os Infantes e em que se determinaram

Tanto que o Infante D. João foi na cidade de Lisboa, se ajuntaram elle e o Infante D. Pedro em uma capellinha de Nossa Senhora do Rosario, em cujo sitio e logar foi depois edificado o mosteiro de Santos das religiosas de Santiago; e já antes de se verem tinha ido o capitão Alvaro Vaz e alguns cidadãos a vêr o Infante D. João e a rogar-lhe e persuadir-lhe que fizesse com o Infante seu irmão que logo acceitasse o governo e posse d'elle, porque elle o não queria fazer sem o seu parecer e auctoridade; e tanto que foram juntos os Infantes, o Infante D. Pedro se começou a queixar ao irmão em um largo arrazoamento que fez significando-lhe o desgosto que tinha por razão do aggravo que se lhe tinha feito nas côrtes passadas na materia do governo, e que não cria fôra assim tão mal ordenado se elle se achara presente, mas que seus irmãos

D. Henrique e D. Affonso mostraram ser mais amigos da Rainha que seus d'elle, pelo que estava determinado a deixar a côrte e ir-se para suas terras; e que este parecer não era só seu, porque o mesmo lhe aconselhavam todos seus amigos creados e vassallos, posto que tambem lhe aconselhavam que logo tomasse posse do governo, por qualquer via que assim importar ao bem commum e proveito do reino e quietação delle, que lhe pedia lhe aconselhasse que meio tomaria ou qual d'aquelles seria melhor, porque entendia que como bom irmão e tão prudente como elle era lhe aconselharia o que fosse mais sua honra e proveito do mesmo reino, e que estava determinado a seguir seus conselhos. Acabada sua pratica lhe respondeu o Infante D. João que por entender o para que se queria vêr com elle tinha considerado o que no caso se devia fazer e por essa razão seria breve na resposta, que em resolução seu parecer era que logo acceitasse o governo do reino como lhe aconselhavam porque isso era o melhor, mais acertado e mais conveniente a sua honra e bem do reino e tudo o mais era curado; dizendo juntamente, que se Deus o não fizera mais velho e tão prudente, e não estiveram diante d'elle os Infantes D. Henrique e D. Affonso seus irmãos mais velhos, elle o procurara para si, e se não se lhe dera á boamente o tomara pelo modo que podera por não perder um ponto de sua honra e reputação, que dado que a Rainha era muito discreta e virtuosa, e se lhe devia todo o acatamento e cortezia por quem ella era, e por mulher de seu irmão, comtudo era grande abatimento e descredito seu d'elles haver no reino quatro irmãos de El-Rei D. Duarte e outras pessoas tão chegadas a elle em

sangue todos bastantes e merecedores de governar taes Estados como os de Portugal, e consentirem que uma mulher estrangeira que não tinha direito algum n'elles, os governasse, pelo que não duvidasse de se metter logo de posse do governo, que elle estava prestes e apparelhado para o ajudar com todo seu poder, e pois tinha de sua parte a cidade de Lisboa e todos os povos do reino que eram as forças d'elle, que não tinha que receiar, mas devia logo determinar-se e declarar-se.

Vendo o Infante D. Pedro a resolução com que seu irmão se declarava, depois de lhe dar grandes agradecimentos, lhe quiz dar a entender que em caso que n'isso se pozesse o não faria por seu interesse particular, senão pelo bem do reino e importunações d'elle, posto que bem via que o que lhe aconselhava era fundado em muita razão e justiça, se algumas pessoas principaes e a nobreza do reino o quizeram bem considerar, mas que havia um grande inconveniente que eram os Infantes seus irmãos e os condes de Ourem e Arrayollos seus sobrinhos, e que sem consentimento d'estes (aos quaes seguiam os fidalgos, e o melhor do reino) não lhe parecia seguro emprehender negocio de tanto peso, que bem sabia quanto sangue e trabalho custara a El-Rei seu pae a deffensão e recuperação d'elle, que não queria ser causa de sua destruição, a qual se podia temer da divisão que havia e das discordias que sem duvida podiam acontecer, se contra seu parecer d'elles se quizesse investir no governo; mas que havendo elles por bem o acceitaria de boa vontade pelas razões que se offereciam, o que ninguem melhor que elle podia tratar com elles; ao que lhe respondeu o Infante D. João

que sem embargo d'esses impedimentos não deixasse de se declarar logo por governador, que seus irmãos e sobrinhos praticando-lh'o, e dando-lhe as razões que havia, não lhe havia de parecer mal, e que os fidalgos e nobres do reino que tanto que vissem a estes do seu parecer os seguiriam sem pôr duvida, e assim não havia de temer divisão do Reino, quanto mais que se elle se não declarasse, se não escusavam, porque os povos estavam já determinados e quasi com as armas nas mãos, e os que seguiam a parte da Rainha o não faziam por affeição que lhe tivessem, senão por seus particulares interesses, entre os quaes não deixava de haver alguns a quem o medo do castigo lh'o fazia fazer, e que muitos se haviam de apossar do patrimonio real, e a Rainha lh'o havia de dissimular por se valer d'elles, e por esta via não se escusavam maiores decepções e revoltas com grande falta de justiça; e que se offerecia outra rasão, pela qual em nenhum modo se podia consentir ter ella o governo, que era que os Infantes de Aragão, irmãos da Rainha, traziam guerras travadas com o Condestavel de Castella D. Alvaro de Luna, a que havia de ser causa de avexar muito estes reinos ou lhe diminuir as forças, porque havia de querer acudir ás desordens e guerras que elles tinham começadas, accudindo-lhe com gente e dinheiro; o que se escusaria tomando elle logo o governo, e quando elle o não fizesse, havia de persuadir a cada um dos Infantes seus irmãos que o tomasse, que não cresse que nenhum d'elles o havia de encontrar depois de tomado; assentaram por fim de sua pratica que o Infante D. João o tratasse logo com os Infantes seus irmãos, e com o que n'elles achasse se tornariam a vêr e que por emtanto sobs-

tivesse no mais; e o Infante D. João se tornou para Alcochete e o Infante D. Pedro para Sacavem, onde logo foram sabedores de grandes revoltas e tumultos que se levantaram na cidade de Lisboa.

CAPITULO XVI

Das grandes revoltas e inquietações que succedèram na cidade de Lisboa

Estava a Rainha em Sacavem com El-Rei seu filho com pouco repouso, continuos temores por causa das novas que cada dia tinha das inquietações da cidade de Lisboa, e como fosse certificada que tudo era por negociações do Infante D. Pedro, e de seus familiares, lhe começaram a aparecer suas cousas muito peior que d'antes; e porque duas filhas de Pero Gonçalves, veador da fazenda, que estavam por damas em casa da Rainha, e uma filha de João Vaz de Almada, irmão do capitão Alvaro Vaz, soube que avisavam seus paes, e o mesmo Infante de todas as cousas que passavam em sua casa, e suas determinações se sabiam por ellas antes de se porem em effeito, e finalmente se mostravam contrarias á mesma Rainha, e muitos particulares do Infante D. Pedro, as despediu e mandou para casa de seus paes; tanto que em Lisboa foi

sabido, tomou o povo d'ahi occasião para se descompor contra ella, e que reprovavam, e reprehendiam todas suas cousas, dizendo que já se declarava o odio que tinha ao Infante, e a todos seus amigos e valedores, pois despedia as pessoas que a elle lhe eram acceitas; e de tal maneira se amotinou o povo e se ajuntou, que se tiveram cabeça n'esse dia houvera algum grande motim, mas se logo o não houve não tardou muitos dias, porque succedendo que a Rainha mandou passar um alvará a Nuno Martins da Silveira, aio d'El-Rei, em que lhe fazia mercê dos varejos a que os mercadores de Lisboa eram obrigados de sete em sete annos, os quaes se arrecadavam de muito tempo atraz, dos quaes lhe fez mercê para que com mais auctoridade fizesse o officio de aio de El-Rei em que o tinha provido; vendo os mercadores o tempo aparelhado para se isentarem de o pagar, com o favor do povo, fiados em sua rebellião, se queixaram em publico de os quererem arrecadar d'elles; o que vendo os cidadãos com grande alvoroço e ajuntamento do povo, e toda a cidade, se foram com elles á camara, que para esse effeito se ajuntou, onde foram ouvidos com a vontade que o odio da Rainha tinha n'elles criado, e o favor do Infante, onde foi julgada por grande tyrannia a concessão do tal direito que até então se tinha pago sem se pôr duvida; e porque um Bartholomeu Gomes, contador d'El-Rei na mesma cidade, e outro Alvaro Affonso, escrivão das sizas d'ella, que eram criados de Nuno Martins tinham em seu poder o alvará da mercê e tratavam de o dar a execução, os mandaram chamar á Camara, e a Alvaro Affonso lançaram por uma janella fóra, que se não cahira em um telhado se fizera pedaços, e ficou com as pernas quebradas, e a Bar-

tholomeu Gomes esconderam, e salvaram alguns amigos que ahi se acharam, sem outra culpa mais que virem com o mandado da Camara com o alvará como elle fôra mandado. Eram os que fizeram esta boa justiça, além da Camara e povo, alguns cidadãos nobres, os quaes vendo-se culpados e temendo graves castigos, alvoraçaram toda a cidade, andando incitando e sollicitando todos os mais cidadãos e povo para que não soffressem nem consentissem o governo da Rainha, dizendo com grandes vozes e aclamações, que era baixeza do reino e abatimento do reino governal-os uma mulher estrangeira sem experiencia nem saber que os tyrannisava, e queria destruir, tendo na cidade seu governador e regente a quem mal, e como não deviam, não entregavam o reino, e o governo d'elle que logo se lhe entregasse, e o mandaram chamar á Camara, e com grandes vozes e alvoroços lhe rogaram que o tomasse logo, que com sua vida e fazenda lh'o haviam de sustentar; e ainda que até então em publico se não declarou de todo, vendo agora occasião, e como já estivesse determinado, os ouviu com muito gosto dando á Camara, e a todos grandes agradecimentos, e recebendo parabens se declarou com elles que o aceitariam, dando por razão, entre outras, que a Rainha se tinha declarado contra elle, mostrando por obras e palavras a má vontade que lhe tinha, e encarregando-lhe que elles o pozessem por obra, que elle estava prestes para dar a execução tudo o que elles ordenassem, e que tanto que as cousas estivessem em necessidade de sua pessoa elle acudiria logo com todo o seu poder, mas que para isso ordenassem uma cabeça a quem seguissem, que sem ella não podiam bem conseguir o que per-

tendiam. Esta resposta deu o Infante aos embaixadores que em nome da Camara o foram chamar. Quizeram logo os officiaes da camara nomeal-o e publical-o por governador com o povo e cidadãos; não faltaram, alguns d'elles de mais talento e auctoridade, que vendo sua desordem e risco, aconselharam que tomassem o conselho do Infante D. Pedro que era eleger primeiro uma cabeça a quem seguissem, porque se temia haver grandes revoltas na cidade pelos muitos fidalgos que n'ella havia que o encontravam; e ficando firmes em seu proposito de logo o elegeram por governador tanto que houvesse entre elles eleito uma cabeça, por se não acordarem quem havia de ser, se sahiram da Camara e recolheram, mas não deixaram de continuar em seus motins e ajuntamentos, posto que se metteram de permeio muitas pessoas religiosas e alguns prelados, e se faziam cada dia procissões com continuas pregações sobre a perda da cidade e todo o reino; mas não havia poder-se abrandar a furia do povo, o que vendo Pedro Annes Lobato, regedor da justiça e da casa da supplicação, fidalgo muito respeitado na côrte, o que nada era parte para aquietar tão grandes revoltas, avisou com muita brevidade a Rainha para que mandasse accudir, porque se houvesse dillação era impossivel remediar-se.

CAPITULO XVII

De cómo foi o Conde de Arrayollos, justiça maior, aquietar a Cidade de Lisboa

Tanto que a Rainha teve este recado de Pedro Annes Lobato, mandou logo ajuntar os fidalgos que se achavam na côrte, e os do conselho, e juntos lhe deu conta do que na cidade de Lisboa passava; e praticado entre elles o negocio, assentaram que o conde de Arrayollos como justiça maior do reino, e pessoa de grande auctoridade e valor accudisse com muita brevidade, porque d'elle só se esperaria pôr remedio n'aquellas desordens e inquietações, posto que bem conheciam a Rainha, e todos os mais, a grande difficuldade que havia por serem os motins e alevantamentos feitos pelo povo de Lisboa que andava tão desenfreado e incorrigivel que mostrava não conhecer Rei, nem Senhor, e que se não havia de aquietar com menos que com ficar o Infante D. Pedro por unico governador; o qual Infante de nenhum modo accudia, nem

mostrava accudir a estas inquietações, antes se entendia, e conhecia d'elle que lhe dava contentamento para sahir com o designio do governo. Com pouca confiança se partiu para a cidade de Lisboa o conde de Arrayollos, e tanto que n'ella foi, antes de dar nada a execução, tratou de ser bem informado pelos fidalgos e pessoas de respeito que ahi se achavam, e viviam na mesma cidade, os quaes mandou se ajuntassem no convento de S. Domingos, e informado bem d'elles lhe consultou o caso, e tratou do remedio que podia haver; e depois de informado e consultado mandou pôr editos nos logares mais publicos em que ordenava e mandava com pena de morte, e perdimento de fazenda que todos se aquietassem e não houvessem ajuntamentos e alvoroços publicos nem secretos, e quem tivesse queixas ou aggravos se viesse a elle que lhe faria, e mandaria fazer justiça, e que na materia do governo se não intromettesse ninguem sob as mesmas penas, e quem tivesse que dizer, ou requerer sobre isso o faria nas côrtes que cedo se haviam de fazer, e então requeressem o que lhe parecesse.

Mas tanto que se viram os editos e pena d'elles, foi tão grande o alvoroço do povo e cidadãos, com tanta liberdade e desavergonhamento que se temeu alguma grande confusão e dissolução; em que o conde se não soube determinar que termos seguiria; porque os fidalgos e nobreza que seguia a parte da Rainha vendo-o na cidade se animaram grandemente e estavam postos em todo o seguirem e romperem com o povo com ajuda de muitos cavalleiros e outra gente que os seguia, e todos lhe aconselhavam que castigasse tantas insolencias e rebelliões com um castigo que fosse exemplo para os

vindouros, que os tinha prestes para tudo o que quizesse d'elles. Por outra parte o povo confiado em sua multidão ia crescendo com seus motins e ajuntamentos, com que esteve a cidade a risco de se perder, porque como muitos se achavam culpados e temessem o castigo de suas culpas, diziam publicamente que antes queriam morrer com as armas na mãos, que nas dos algozes. Succedeu tambem que um Luiz Gonçalves, escrivão da relação, disse perante alguns do povo, que com a chegada do conde se veriam na cidade as gigas da ribeira carregadas de homens mortos e de pés e mãos cortadas mais do que costumavam andar de peixe e outras couzas, e porque este fôra criado de Pedro Annes Lobato, regedor da justiça e homem da relação, entenderam que o diria com fundamento, e suas palavras fizeram grande impressão e medo nos populares e cidadãos, e em alguns se mudava em desesperação, e muitos cidadãos se sahiram da cidade por evitarem o perigo de suas pessoas com achaque de dizerem que accudiam ás suas fazendas e negociações, por se acharem culpados, e alguns que o não eram tanto temiam n'esta confusão padecerem como os mais culpados; não succedeu assim na gente plebea, os quaes como desesperados posposto todo o temor continuavam em seus alvoroços e motins, andando em grandes quadrilhas por medo de serem presos, ameaçando com mortes e destruições, de tal modo que tiravam toda a esperança de haver quietação, nem modo d'ella; e vendo-se o conde desapercebido de gente de armas para poder atalhar tanta insolencia com rigor, e porque de seu era clemente e benigno, determinou levar aquelle negocio por meios mais brandos e

humanos, para o que mandou ajuntar todos os prelados e fidalgos, e cavalleiros de qualidade, em sua casa, praticando com elles sua tenção; com seu parecer assentou acommodasse com o tempo, e por via de brandura vêr se podia aquietar a cidade; para o qual effeito encarregou a um grande pregador chamado Fr. Vasco da Alagôa, da ordem dos Pregadores, e lhe mandou que pregasse o domingo seguinte no seu convento, e todo o discurso e fim de seu sermão fosse persuadir ao povo a quietação do reino, e o certificasse que sua vinda e tenção não era para matar homens, senão para lhe conservar as vidas e atalhar a destruição d'aquella grandissima e nobilissima cidade, a que estava tão arriscada pelas divisões e motins, e para pôr a todos em paz e quietação; e mandou fixar carteis em muitas partes da cidade, em que mandava que n'esse dia se achassem presentes todos no convento de S. Domingos porque ahi lhe havia de fallar e dizer o que de todos queria; e assim sendo ahi junta grande parte da fidalguia e povo no convento, começou o pregador seu sermão, em que não seguiu a ordem que o conde lhe tinha dado, antes a liberdade de muitos pregadores, e como affeiçoado ás cousas da Rainha começou a reprehender carregadamente os cidadãos por se quererem entrometer em materia de governo, estando dado por El-Rei D. Duarte, que estava em gloria, e depois confirmado, e jurado em côrtes pelos Principes do reino, e os tres Estados d'elle, que quem os enganava em cuidar que haviam de remediar, ou emendar o que estava feito com tanta justiça, e solemnidade, notando-os de revoltos e insolentes, merecedores de asperos castigos, e trazendo para

exemplo os que pouco tempo havia foram dados em outro levantamento aos da cidade de Burgues por Filippe, Duque de Borgonha; e como o povo não estava em estado de ouvir similhantes reprehensões, bastou o dito de um barbeiro que em voz alta disse que elles não eram traidores como os de Burgues, o que o frade lhe chamava, para logo se amotinarem todos e levantarem um reboliço dentro na egreja com grandes vozes e ameaças contra o pregador, o que vendo elle, estimando o perigo no que era, desamparou o pulpito sem proseguir o sermão; mas não parou aqui a indignação do povo, que tanto que o viram recolher cercaram o convento, e com grande alvoroço bradavam que lhe entregassem logo aquelle frade, senão que o derribariam logo, ou lhe poriam fogo; o que visto pelos religiosos o salvaram como melhor poderam, e lhe abriram todo o convento com medo de lh'o porem por terra, e o religioso foi buscado por todo elle com notavel alvoroço para ser despedaçado, que tão bravo, e indomavel andava o povo. De outros meios usou o conde para vêr se podia por alguma via mitigal-os, mas vendo que era sem fructo, e sua estada na cidade não era de proveito, antes se offendia sua auctoridade, se tornou para a Rainha a tratar com ella do remedio que se poderia dar.

CAPITULO XVIII

Como veiu á Cidade o Infante D. Pedro, e do que com sua vinda succedeu

Sabendo o Infante D. Pedro, que estava em Camarate, como o conde seu sobrinho não fizera na cidade de Lisboa effeito algum sobre ao que viera, se partiu para ella, achando ser boa accasião para a pertenção que trazia em seu pensamento, com achaque de dizer que pois o conde não podera aquietal-a, queria elle vêr se podia remedeal-o, e tanto que chegou mandou ajuntar os cidadãos e povo no convento do Carmo, com os vereadores, e com alguns fidalgos que sabia seremlhe affeiçoados, que em particular mandou avisar; e sendo juntos lhe fez uma pratica assaz larga em que friamente lhes reprehendeu os levantamentos e tumultos em que andavam e a desobediencia contra a Rainha, e o pouco respeito que guardavam ao conde seu sobrinho, dizendo-lhes que os que n'isso eram culpados mereciam grandes castigos, que não

deixariam de vir sobre elles se não se aquietassem, e que se tinham recebido alguns aggravos, e queriam requerer suas liberdades que o fizessem como subditos e vassalos, e não com presumpção de superiores e executores de suas vontades, trazendo-lhes muitos exemplos que foram causa de grandes destruições e castigos; o que tudo se teve n'elle por sophistico, porque se entendia e conhecia que suas palavras eram mui differentes das obras; e posto que procurou quanto poude mostrar que o que dizia era desinteressadamente sem outro intento mais que a quietação do reino, mas o conhecimento d'isso fique a Deus a quem pertence penetrar os mais intimos pensamentos de cada um, que, a nós só toca conhecer pelos actos exteriores.

O povo e cidadãos, e mais presentes depois de ouvirem com grande applauso e quietação sua resposta foi com mostras de grande agradecimento e acceitação de seus conselhos, com alguma desculpa dos tumultos passados, protestando-lhe e afirmando-lhe que não haviam de consentir os varejos, nem serem os mercadores vexados e destruidos, e por essa quizeram castigar aquelles homens como executores de tão grande tyrannia, e para darem exemplo, porque outros se não entrometessem em querer vexal-os, pedindo ao Infante com muita instancia os quizesse favorecer e amparar dos perigos em que por amor d'elle estavam mettidos, obrigando-o com muitos offerecimentos de perder por elle honras e vidas, importando á sua honra, e acrescentamento.

No fim d'este ajuntamento se levantou um grande clamor de misteres e povo, onde se ouviu em muitas e altas vozes, que em quanto elle não fosse unico governador de todo o Reino não haviam de cessar

aquellas alterações, porque assim o tinha ordenado aquella nobilissima cidade.

Não lhe pesou ao Infante D. Pedro de os ouvir, e depois de sobre isso profiarem, como visse que não passavam adiante como elle quizera, lhe disse que para as côrtes proximas que se haviam de fazer requeressem o que lhe parecesse, que elle os favoreceria e ajudaria como veriam, e despedido d'elles se tornou para Camarate.

O conde de Arrayollos tanto que foi com a Rainha e lhe deu conta do que passava na cidade, e tendo-se logo aviso d'ahi a poucos dias da ida do Infante D. Pedro a ella, e que não foi parte para aquietar, antes sómente de se congraçar com o povo, e em logar do castigo que mereciam os deixava cheios de promessas de ser seu valedor e deffensor, em tempo que elle como governador e deffensor do Reino em logar dos grandes castigos que por sua rebelliaõ e motins mereciam, e elle cheio de offerecimentos do mesmo povo considerando a grande difficuldade que se offerecia, fizeram ajuntar todos os fidalgos, com os do Conselho, e tomando com elles parecer assentaram que a Rainha escrevesse á cidade e camara de Lisboa uma carta em que os certificasse que sua tenção não era outra mais que a quietação d'elles, e de todo o Reino, e que quem os informava do contrario o faria pelos pôr em odio com ella, que fossem certos que não era outra sua tenção, e pois assim era não uzassem mal de sua clemencia; que ella queria passar pelas desordens passadas, e perdoar a rebellião, e levantamentos que tiveram, desistindo elles de sua dureza e inquietações.

Escripta assim esta carta, que tambem continha

outras muitas razões significadoras da boa intenção que tinha, foi apresentada na camara pelo regedor Pedro Annes Lobato, para o que se ajuntaram na Camara os vereadores e cidadãos, e muita parte do povo; e sendo lida fez uma pratica breve em confirmação das palavras d'ella, e intenção da Rainha; o que tudo foi de tão pouco effeito como o povo estava tão obstinado, que antes damnaram que foram de remedio para o que elle pertendia, porque levados de sua dureza responderam que mandasse a Rainha castigar os seus criados, e os de sua casa que todos eram causa de todos aquelles alvoroços e receios, que logo se aquietaria tudo, e sem outra resposta despederiam a Pedro Annes; e posto que ella lhe alcançasse os animos, por os satisfazer mandou tirar grandes pesquizas e devassas, e não achou cousa de consideração que os seus fizessem, nem dissessem; de que bem conhecia que tudo procedia de sua obstinação e odio que a ella e todas suas cousas tinham, e por razão do Infante D. Pedro, o que bem claro se via, pois em tempo que lhe dava perdão de suas culpas a desestimavam, e procediam em sua contumacia, e nem resposta lhe davam na fórma devida.

CAPITULO XIX

Da vista que tiveram os Infantes D. Pedro e D. João e do que n'ella trataram

O Infante D. João estava, quando estas cousas succederam, enfermo em Alcochete, d'onde mandou pedir ao Infante D. Pedro se viesse vêr com elle, que tinham cousas de muita importancia que tratar; tanto que foram juntos lhe fez uma pratica n'estas palavras:

Senhor e irmão, por não estar em disposição para poder ir adonde estavas, vos mandei pedir viesses aqui a vêr-me, assim porque estimo muito vervos, como por saber parte de vossas cousas, as quaes não devem estar bem, nem como cumpre á vossa honra e minha, segundo a soltura e atrevimento de todos os fidalgos do reino (tirando os de minha casa) até se descompor contra vós; e para isso se remediar convém que façaes o que até agora não fizeste, que é nomeardes-vos e publicardes-vos logo por unico governador; e para sustentardes vossa

empreza tendes certos a mim e ao conde de Ourem meu cunhado, com o qual tenho já tratado; tendes tambem a cidade de Lisboa que ha muitos dias vol-o roga e requerem, e todos os povos do reino, e comnosco serão outros muitos, e venham mui embora contra nós os do juramento e Infantes de Aragão, veremos quanto importa sua resistencia.

A esta breve pratica respondeu o Infante D. Pedro: Deixando o mais que me dizeis a esta derradeira conclusão como mais importante e substancial vos respondo que já algumas vezes vos dei conta de quão descontente estou da Rainha, e da dureza de sua condição, e não menos de seus conselheiros, porque nunca quiz perder a má vontade que tem contra mim, e Deus sabe que lhe não fui nunca, nem sou agora em culpa, antes lhe mereci sempre agradecimento, por desejar de a servir como era razão, e o galardão que d'ella houve foi sempre o odio e má vontade para commigo e minhas cousas, e muito mais agora que nunca, o que é tanto assim que já os fidalgos com seu favor como dizeis me não olham com o respeito devido, crendo que o que mais contrario me fôr mais mercês e favores terá d'ella; e por esta razão, e não menos pela segurança de minha pessoa estimara muito haver logo o governo do Reino, mas segundo as cousas estão, de presente pelas grandes divisões que ha n'elle, eu o não poderei haver sem notavel destruição; pelo que a mim me parece como já vos disse, deixarmos chegar o tempo das côrtes, que pouco hão-da tardar, e n'ellas se póde ordenar de modo que eu fique bem, porque então o poderei tomar com mais segurança e menos perigo, e se poderá negociar de maneira que não haja destruições que agora não se escuzam.

Pareceu bem ao Infante D. João a determinação; mas respondeu que receiava que o povo e cidadãos de Lisboa com os mais do reino podiam com as dilações perder o fervor que tinham, e vontade de o pôr no governo que com tanta determinacão mostravam, e se uma vez se resfriassem seriam máos de tornar ao que importava; ao que respondeu o Infante D. Pedro.

Não temeis que assim seja que se Deus fôr servido Elle por sua grande bondade ordenará como se façam, e eu darei ordem que todos estejam firmes, e sei de certo que o não emprehenderei senão em côrtes, avisando-o tambem que elle sabia que a Rainha tinha avisados os fidalgos que se apresentassem para virem ás côrtes acompanhados da gente d'armas, e pois assim era queria avisar da sua parte os povos do reino que fizessem o mesmo, e fossem prestes para qualquer necessidade que se offerecesse, e viessem a ellas apparelhados; com isso se despediram tornando-se o Infante D. Pedro para Camarate, o que era no principio de Setembro de quatro centos e trinta e nove; e logo escreveu a todas as cidades e villas do reino, e pessoas de sua parcialidade que todos os fidalgos se apparelhavam de gente de armas para o tempo das côrtes, e que todo este apparelho se fazia afim de sustentarem a Rainha no governo do Reino, no que lh'o fazia a saber para que se não descuidassem e se achassem enganados, e lhe encommendava se fizessem desde logo prestes, e o estivessem para quando tivessem recado seu; e foram avizados os mensageiros que todos em certos dias dessem as cartas nas camaras, e se partiu logo para Coimbra a pôr em ordem seus vassallos. A carta que foi para

a cidade de Lisboa se deu d'ahi a quinze dias que era o dia, e o era em que todas haviam de ser dadas, e depois de lida em camara, foi mandada publicar ao povo e fixar nas portas da Sé, onde esteve alguns dias para indignar o povo contra a Rainha; e muitos a vinham trasladar de dia e de noite, até com tochas e candeias acesas, com tanto applauso e alvoroço, que admirou as pessoas desapaixonadas, e publicamente alevantavam as cousas do Infante, e abatiam as da Rainha, havendo por licito que elle armasse os povos para lhe tirar o governo das mãos, e por injusto buscar ella meios para o deffender.

Com estas cartas se excitaram e levantaram tantos tumultos e alvoroços, com tantos ajuntamentos de gente de armas que se o Infante se achara na cidade n'esta conjuncção o pozeram logo no governo, ou a cidade se abrazara, e se não fallavá em outra cousa em publico, nem em secreto, mostrando todos grande sentimento e paixão de não ser assim, e lhe responderam com grandes agradecimentos do aviso que lhe dava, e segurando-o que todos, e a todo o tempo estariam apparelhados para perderem por elle sua honra e fazenda e vida, e acrescentamentos, o que teriam cuidado de avisar a todo o Reino que fizessem o mesmo, que dispozesse e mandasse que elles não fariam mais do que elle houvesse por bem, de que ficou muito alegre e satisfeito, e o mesmo responderam todas as mais cidades e villas do Reino; e os da cidade do Porto accrescentaram mais que ninguem os havia de reger e governar senão elle, que escusado era esperar côrtes, e com estes avizos e apercebimentos, poz á Rainha mais em odio com todos; e como seu

intento era tel-os sempre firmes em odio d'ella lhes tornou a escrever d'ahi a poucos dias avisando que tinha mandado vir gente de Castella para fazer grandes castigos na cidade de Lisboa, e em outras partes para sustentar sua opinião, e ficar com o governo do reino ainda que fosse com risco de o destruir; mas a verdade é que até esse tempo se não tinha sabido, nem entendido que a Rainha pertendesse, nem tratasse de ajudas de força, posto que a podera ter grande, porque n'esse tempo seus irmãos, os Infantes de Aragão, estavam muito poderosos n'aquellès reinos, e se podia conjecturar que vendo-se opprimida e necessitada se ajudaria d'elles, e que lhe não faltariam com todo seu poder.

CAPITULO XX

Do despedimento que teve da Rainha o Infante D. Pedro

Antes que o Infante D. Pedro se partisse de Camarate para Coimbra, foi a Sacavem a vêr El-Rei, onde estava com a Rainha sua mãe, e depois de se despedir d'elle, e lhe beijar a mão, entrou na camara da Rainha, e em pé, com a presença carregada lhe disse algumas palavras em menos acatamento do que era justo e costumava, a substancia das quaes foi recontar-lhe serviços e boas obras que dizia ter-lhe feito, e o desejo que tivera de lhe fazer outros muito maiores, de que até então não tivera d'ella outra satisfação, nem agradecimento mais que odio e má vontade, procurando sempre abatel-o, e anniquillal-o, e estranhando e reprehendendo-lhe apercebimento de gente de armas e outras cousas d'esta qualidade, e por fim lhe disse que até então o tivera por si como ella quizera, mas que d'ahi por diante o tomaria como o achasse;

e com estas palavras que bem pareciam de ameaço e rompimento sahiu da camara sem lhe fazer acatamento nem cortezia, nem quiz ouvir a resposta que começava a dar, supposto que o chamou, e a deixou com as palavras cortadas pelo meio; o que a Rainha sentiu gravissimamente, e por alguns que se acharam presentes foi tido por grande descortezia, e lhe foi bem estranhado, porque de antes nenhum dos Infantes seus cunhados a tratava com mais submissão, nem procurava adivinhar-lhe as vontades para não sahir d'ellas tanto como elle.

Sendo pois sabido e publicado o despedimento e termo d'elle, se accrescentou em ambas as parcialidades maior alvoroço e discordia; pelo que por a Rainha se não dar por segura em Sacavem, vendo o Infante declarado por inimigo, e a cidade de Lisboa posta em armas contra ella, se passou para Alemquer com toda sua casa, levando comsigo El-Rei, não acceitando o conselho de alguns que a persuadiam e aconselhavam se fosse á mesma cidade, por lhe não parecer seguro como na verdade o não era.

E tanto que em Lisboa se soube a mudança da Rainha, como não havia acto seu que não parecesse mal aos cidadãos e povo d'ella, se ajuntaram com os vereadores, e entre elles o costumado Vicente Egas como mais contrario das cousas da Rainha, e favorecedor das do Infante lhe fez uma pratica mui larga toda em seu favor d'elle, em qual encareceu grandemente os males e perigos que dizia estarem-lhes apparelhados áquella cidade e a todo o reino por ordem da Rainha, pelo que era necessario elegerem um capitão que lhe servisse de cabeça, e os deffendesse, a quem obedecessem, para o

qual effeito, pois o Infante D. Pedro estava auzente, ninguem o podia fazer melhor que o capitão Alvaro Vaz de Almada, grande amigo e familiar do Infante, e para que não houvesse duvida na eleição d'elle recontou grandes feitos seus, e de seu pae João Vaz de Almada, encarecendo sobre modo seu valor e merecimentos; o qual logo de commum consentimento foi nomeado e eleito por deffensor da cidade, capitão e alferes mór, e para haver esta eleição effeito bastou saber que era mui contrario ás couzas da Rainha e suas couzas, e mui affecto ás do Infante; o qual foi logo mandado chamar a uma quinta aonde estava, e em entrando na cidade, chegando á Ribeira se juntou todo o povo e cidadãos com elle para o acompanhar, e d'ahi o levaram á camara com grande alvoroço e muitas exclamações de libertador e deffensor d'aquella cidade, e entrando na camara lhe foi entregue a bandeira com muitas condições e declarações todas em favor do Infante D. Pedro, e contrarias á Rainha; com as quaes elle a recebeu, e com palavras significadoras de grande agradecimento prometteu tudo cumprir.

Os cidadãos e povo muito satisfeitos, confiados e a seu parecer seguros de todos os medos e destruições que sobre si fingiam haverem de vir, e lh'o faziam crêr, e por taes se deram com a eleição do seu deffensor.

Era Alvaro Vaz de Almada cavalleiro que assim n'este reino, como em outros tinha feito grandes cousas por seu exforço em que cabiam aquelles e outros maiores cargos, ainda que foi notado de temerario e arrogante, e como tal deu muita cousa, e foi a principal parte da casa do Infante D. Pedro,

de sua honra e vida; e por seu exforço foi feito por El-Rei de França conde de Abranches, e em Inglaterra por valorosos feitos lhe foi dada a honra da Garrotea, da qual n'aquelle tempo se honraram muitos Principes, e em Portugal depois de tornado a elle foi feito por El-Rei D. Duarte Capitão-mór do mar.

Poucos dias depois d'esta eleição, o povo e officiaes mechanicos persuadidos de Alvaro Vaz, com alguns cidadãos se ajuntaram em S. Domingos, onde com grande grita e aclamações nomearam por unico governador do reino ao Infante D. Pedro, de que logo fizeram fazer um accordo por escripto que todos assignaram com determinação de não consentirem outra cousa d'alli em diante, promettendo todos de sobre isso morrer sendo necessario.

O qual ao principio pareceu de pouco momento como feito por gente plebea, e de pouco ser, mas não pareceu assim ao regedor Pedro Annes, que por ser muito servidor da Rainha, se foi logo a Alemquer a lh'o fazer saber, havendo por principio mui contrario a suas cousas, por se entender que fôra por negociação do mesmo Infante, e não menos do Infante D. João, advertindo-lhe que não deixara de haver descuido o que se não soffria em cousas de tanto pezo, sendo por elle muitas vezes avisada, e perguntando-lhe ella se haveria remedio para se impedir, respondeu que não sabia outro mais que pedil-o a Deus; e depois de sobre isso se aconselhar com os do seu conselho, e fidalgos de sua casa, pareceu a todos bem que outra vez escrevesse á camara, cidade e povo de Lisboa com muita brandura, e mostras de amor, porque se este remedio não fosse de proveito, não ficava

outro mais que o das armas, porque já todos tinham entendido do Infante D. Pedro que não esperava mais que a determinação do povo; e porque além das justas e honestas razões da carta que logo escreveu, Pedro Annes que foi com ella, disse na camara outras muitas com muita prudencia e discrição. De tudo se fez pouco caso, e os vereadores e cidadãos responderam que elles não podiam refrear o povo determinado; mas da frieza de sua resposta, e do pouco que por isso faziam se entendeu que eram consentidores, e davam a isso vento, tão determinado andava o povo que bem se via ser impossivel poder-se remediar, principalmente porque se sabia que o movedor d'este atrevimento era o capitão Alvaro Vaz, a quem o povo e toda a cidade seguia com grande applauso e vontade, como tão particular valedor do Infante D. Pedro.

CAPITULO XXI

De uma grande discordia da cidade com o Arcebispo D. Pedro tio da Rainha

NÃO é materia de duvida que da parte da Rainha houve sempre um grande desejo de haver paz e concordia; mas andava o povo tão determinado contra ella que de qualquer cousa tomavam occasião para seus desaforamentos; succedeu pois que tanto que o povo fez o accordo de que se trata, ficou muito satisfeito até vir o Infante D. Pedro a quem tinha mandado recado a Coimbra que viesse. Succedeu que como o Arcebispo de Lisboa D. Pedro, tio da Rainha, que pousava nos paços da Alcaçova junto a Santa Cruz, e entre elles, e o Castello estava um lanço de muro que se estendia até á porta de Martim Moniz, o qual elle mandou abrir com uma porta, para o muro, e sahindo por ella corriam por cima do muro ficando a porta da cidade de baixo, e da outra parte dos paços onde estavam os estudos tinha já de antes fei-

to uma torre forte e muito formosa, e como agora as cousas da Rainha fossem tão encontradas e odiosas ao povo, ao que se ajuntou que alguns criados do Arcebispo de Lisboa fallavam demasiado ameaçando com o poder dos Infantes de Aragão seus irmãos, e se dizia tambem que o mesmo Arcebispo dera armas aos mesmos criados, d'aqui nasceram novas inquietações na cidade porque o povo fez logo ajuntar os cidadãos com os vereadores na camara, e lhe fez queixa do Arcebispo dizendo que ameaçava com guerra, e se aviara para ella, e lhe mandasse logo derribar a torre e tudo o mais que tinha feito em cima do muro, e o deixasse desoccupado e livre, e desoccupasse tambem a porta da cidade que tinha tomado; e como fosse necessario pouco por ser cousa da Rainha cujas cousas eram tão odiadas, lh'o mandaram logo notificar por dois cidadãos, do qual recado e notificação se apaixonou muito o Arcebispo e lhe não deu a resposta que elles queriam; de que os cidadãos tornaram á camára alterados, e com recado que não queria obedecer, sobre que houve pareceres mui precipitados, e de gente não sujeita á razão; faltou pouco para os porem em execução; mas como nunca faltam animos bem intencionados os quaes pela maior parte se acham nas pessoas de mais qualidade e saber, prevaleceu o parecer d'estes com que o povo se mitigou, e assentaram que sem mais rigores e excessos fossem os cubellos e muros desembaraçados, e a porta que sahia para o muro tapada, o que em continente se effectuou, de que o Arcebispo ficou mui escandalisado, e se sahiu da cidade dando-se por affrontado, e dentro de poucos dias se sahiu do reino, porque não parou aqui o povo contra elle.

Com esta pequena occasião se tornou a cidade a alvorotar, e da camara em nome de todos mandaram recado ao Infante D. João que sabiam que favorecia sua opinião d'elles, em que lhe pediam encarecidamente (significando-lhe o perigo da cidade) que pois o Infante D. Pedro estava tão distante não podia vir com a pressa que era necessario, que lhe fizesse mercê de querer vir amparal-os, e deffendel-os.

Não lhe pezou ao Infante d'aquelle recado, e logo que o teve se partiu a satisfazel-os e tanto que foi na cidade se foi ás casas da moeda onde pouzou, em a qual foram logo juntos muitos cidadãos, com o povo, e lhe recontaram e deram conta de como tinham eleito ao Infante D. Pedro por governador, e da paixão grande que tinham de logo o elle não começar a reger e governar, o que pois assim era, e elle estava ausente, que por entanto elle os amparasse contra os males com que os ameaçavam, e elles temiam.

Louvou-lhe muito o Infante sua determinação, e lhe encommendou que de nenhum modo desistissem d'ella porque assim importava ao bem do reino, e de cada um d'elles; esta approvação, e confirmação de sua resposta lhe não foi louvada, antes reprehendida por todos os melhores do reino, e em particular pelos Infantes seus irmãos, e mais pessoas da casa real, e reprehenderam por indecente a Principe tão prudente, por dar a mão em materia de tanta importancia a cousa feita por gente plebea, em que a elle e a seus irmãos e cunhados se tinha feito a mor offensa, e a toda a nobresa do reino a que pertencia similhante eleição; e pela mesma razão a não quizeram confirmar.

A Rainha vendo que se chegava o tempo das côrtes, posto que bem via a difficuldade dos seus negocios não deixou de fazer ás diligencias necessarias escrevendo a todos os fidalgos principaes, e prelados e ás cidades e villas, lembrando-lhe a boa intenção e animo que sempre tivera de os governar com satisfação e a obrigação que todos tinham a El-Rei D. Duarte que estava em gloria de haver por bem o que elle ordenara, lembrando-lhe tambem alguns beneficios que lhe tinha feitos, e obrigando-os com novas promessas, advertindo os fidalgos que viessem apparelhados para que nas côrtes não recebessem forças, e pudessem sustentar a sua parte e direito, e pedindo aos povos que desistissem das sem razões que lhe faziam em lhe querer tirar o governo, desmaginando-os dos medos que lhes faziam quem tratava de apartal-os do seu serviço e obediencia publicando e fazendo-lhe crêr que se queria ajudar da gente de armas de fóra do reino para fazer grandes castigos, encommendando-lhes que nas côrtes que se esperavam cessassem de novidades, e não cuidassem que podiam emendar o que El-Rei seu Senhor deixara ordenado, e que depois fôra confirmado e jurado por todo o reino e principes d'elle, e pelo mesmo Infante D. Pedro que lh'o queria tirar, fazendo alguns protestos fundados em sua justiça, e boa intenção, mandando que por descargo seu se pozessem suas cartas nas camaras, sés, e mosteiros, porque se depois viessem alguns trabalhos ao reino se lhe não podesse dar culpa: mas esta sua boa intenção não foi parte para fazer alguma mudança, nos animos obstinados dos povos, antes foram tão mal recebidas suascart as que os que as levaram foram em algumas partes maltratados, e um

Gomes Borges, escrivão da chancellaria, porque fixou uma d'este modo nas portas da Sé de Lisboa foi o povo tão indignado contra elle que com muita difficuldade escapou da morte a unha de cavallo, e se veiu a Alemquer á Rainha por salvar a vida.

CAPITULO XXII

De como os cidadãos de Lisboa publicaram por governador ao Infante D. Pedro

ESTANDO as cousas n'esta confusão se ajuntaram na cidade Diogo Affonso, jurista, e outro Lopo Fernandes, tanoeiro velho e rico, e muito favorecido do Infante D. João, homens inquietos e atrevidos, que foram sempre os principaes movedores d'estas inquietações, aos quaes todo o povo seguia, e fizeram ajuntar na camara os cidadãos e vereadores, e juntos lhe fez Diogo Affonso uma practica em que persuadiu que antes das côrtes mettessem de posse do governo ao Infante D. Pedro, e que por nenhum modo consentissem ser nem um só dia governados por uma mulher sem experiencia que determinava destruir todo o reino, auctorisando sua practica com muitas auctoridades do testamento novo e velho, e com muitas conclusões de direito e exemplos, concluindo que no Infante D. Pedro havia todas as partes que se requeriam para

se lhe dar este e outros governos, e em caso que elle o não quizesse acceitar deviam-no obrigar, e forçar sendo necessario: acabada sua practica lhe deu por ella as graças um dos vereadores em nome da camara; e logo pediram ao capitão Alvaro Vaz desse seu parecer, o qual não deu sómente no governo, como lhe pediam, mas ainda passou adiante dizendo que juntamente se havia de ordenar que El-Rei D. Affonso fosse tirado a sua mãe, e creado fóra da conversação de mulheres, porque posto que fosse menino já n'aquella edade de seis annos em que estava era bem que o fossem affeiçoando e inclinando ás armas, e não ás delicias e branduras de mulheres, e que quanto ao governo muito de antes houvera de ser entregue ao Infante.

Apoz Alvaro Vaz se seguiu Ruy Gomes da Gram, um dos principaes cidadãos de Lisboa, que com muitas razões e palavras persuadiu que se não devia dilatar, porque dilatando-se podia haver duvida de se sahir com a pertenção nas côrtes, pela grande contradicção que havia de ambas as partes, e que pelo menos se podia temer alguma grande destruição, posto que sahissem com elle, não só n'aquella nobilissima cidade, mas em todo o Reino, o que se devia atalhar; d'este mesmo parecer foram todos os mais cidadãos, e o povo com grandes vozes e perseverança acclamava que logo ficasse posto em effeito, que uma vez posto no governo, elles o sustentariam e deffenderiam a todo o seu poder, e contra todas as forças humanas; e posto que alguns cidadãos quizeram dar pareceres em contrario, como foi Martim Dias que com muitas rasões bem concertadas e efficazes mostrou que não podiam, nem deviam eleger governador antes das côrtes porque

se fazia grande aggravo aos mesmos Infantes irmãos do Infante D. Pedro e aos filhos do Infante D. Affonso, e antes de se fazer nada houveram de ser avisados, e com sua auctoridade e conselho, e parecer de todos devia ser feito, mórmente que as côrtes estavam tão proximas, e n'ellas melhor que n'outro tempo se podia fazer, e que se antes d'ellas ordenavam e publicavam, mais parecia e se podia dizer que estavam pelo que o povo ordenava, que não pelo seu voto, o que erà de grande descredito para elles e todo o reino, não deixou este parecer de contentar alguns, mas foram tão poucos que não pôde prevalecer com os que o quizeram effectuar, e com grande confusão e brados de commum consentimento de todos, e grandes acclamações do povo assentaram que logo se pozesse aquella determinação por escripto, e fosse por todos assignada, com declaração que d'alli em diante não consentissem o governo da Rainha; o que tudo se fez na fórma do capitulo seguinte, e as palavras formaes do accordo são estas.

CAPITULO XXIII

Em que se contem a fórma do accordo da Camara de Lisboa

Em nome de Deus nosso Salvador e Redemptor Jesu Christo, e de sua Santissima mãe a Virgem Maria nossa Senhora, accordamos em uma voz, e accordo todos os fidalgos e cidadãos, e povo d'esta cidade de Lisboa, considerando o trabalho e grande destruição que em todo o reino ha por ter diversos regentes entre os quaes ha grande divisão com grande damno e perda da Republica, e querendo accudir e remediar os taes damnos em serviço de Deus, e de El-Rei nosso Senhor como quem o ama muito leal e verdadeiramente, accordamos e determinamos que n'estas côrtes que com favor de Deus serão feitas, depois de conhecermos a grande lealdade, e muita prudencia do muito alto, e excellente principe, e Senhor o Infante D. Pedro, e como é filho legitimo do muito poderoso e victorioso Senhor Rei D. João nosso Se-

nhor cuja alma Deus tem, e o mais velho do sangue chegado á mui alta e real corôa do muito alto e excellente principe El-Rei D. Affonso nosso Senhor, que elle Senhor Infante seja regente livremente in solidum n'estes reinos até que prazendo a Deus El-Rei nosso Senhor seja em edade para os governar, ao qual tempo o dito Senhor Infante seu leal sangue e vassallo lhe deixará livremente a posse de seus reinos e senhorios, e lhe entregará a administração e governo d'elles para elle os governar e administrar como fizeram os mui virtuosos reis seus antepassados de cujo tronco elle descende, e succedendo tal caso que o Senhor Infante D. Pedro não possa ter o governo d'elles, pela mesma fórma e maneira será dado aos mui leaes principes e Senhores, os Infantes D. Henrique e D. João seus irmãos, e fallecendo elles seja por similhante modo dado ao Senhor Infante D. Fernando que Deus traga com liberdade de Africa; e faltando elle, ou não vindo então, pela mesma fórma venha ao Infante D. Affonso e a seus filhos os condes de Ourem e Arrayollos, e cada um d'elles o que vier os governe até que El-Rei nosso Senhor seja em edade para os governar; e assim accordamos e determinamos que a muito alta, excellente e presada Rainha D. Leonor nossa Senhora, madre de El-Rei nosso Senhor seja sempre em sua vida e honra mantida, acatada e servida em seu alto e real estado, e por esta mui nobre e leal cidade de Lisboa e povo d'ella seja sempre feito tanto serviço e mando como em vida de El-Rei D. Duarte nosso Senhor, e como até agora foi, e assim como somos obrigados por ser madre d'El-Rei nosso Senhor, e suas grandes virtudes.

Acabado de escrever este accordo houve alguns que quizeram que [illegible] a ella se tratasse e dispuzesse sobre a morte d'ElRei e seus irmãos, e se desse logo a Rainha, pois não havia duvida que ElRei D. Duarte lh'a podia dar; e sobre esta materia fez alguma instancia Martim Pires, um dos principaes cidadãos de Lisboa, mas foi tão mal recebido do povo e de muitos cidadãos, que lhe foi necessario recolher-se bem acompanhado de outros muitos fidalgos, porque o buscava o mesmo povo com grande alvoroço para o despedaçar.

Este accordo posto em escripto como vae pelas mesmas palavras, pelo que se levar algumas que pelo estylo de agora não estejam muito politicas, se pode imaginar aquelles tempos antigos em que não estavam tão levantados como hoje: e tanto que foi escripto, foi assignado pelos vereadores e cidadãos, e o mandaram logo ao Infante D. João por Vasco Gil, seu confessor, que para isso mandaram chamar á camara, mandando-lhe por elle dizer que o submettiam á sua prudencia e emenda, o qual lh'o louvou, e tornando-lh'o com resposta que o approvava e louvava não como cousa feita por homens, mas como inspirado por Deus, e que ao outro dia fossem ao Espirito Santo ouvir missa com elle que tinha algumas cousas que lhe dizer; o que assim se fez, e ouvida a missa que elle mandou celebrar por seus capellães com muita solemnidade, apartou os da Camara e cidadãos de Lisboa, e lhes referiu a sustancia do accordo que fizeram, louvando-lhes muito e agradecendo-lhes mandarem-lh'o, e se lhes offereceu com muitas palavras significadoras de amor e agradecimento, encarregando-lhes que pois aquella era a verdade, que a

sustentassem, e não desistissem d'ella propostos todos os inconvenientes que se lhe oppozessem, promettendo-lhes de sua parte os ajudar a sustental-o; pelo que vendo-se favorecidos, ao outro dia fizeram ajuntar o povo em S. Domingos aonde foi publicado e lido do pulpito por Pedreanes Serrabodes, conego da Sé da mesma cidade, recontando a maneira que se tivera n'elle, e a solemnidade com que se fizera, e como estava approvado e louvado pelo Infante D. João, persuadindo que todos o approvassem como cousa tão justa e bem ordenada; e foi tanto o alvoroço do povo que não deixou acabar a pratica, porque um Diogo Frz, alfayate, bradou em altas vozes que não havia que esperar senão estarem todos pelo feito, e assignarem, e que mandassem logo vir o Infante D. Pedro que começasse a governar; apoz esta vóz se seguiram tantas na mesma conformidade que se não entendiam, nem ouviam uns aos outros; e foi logo pelos vereadores mandado que todos assignassem o accordo, como foram assignando, enchendo-se um caderno de signaes com tão grande inquietação sobre quem havia de chegar primeiro a assignar, que se temeram alguns escandalos e revoltas, e se affogaram algumas pessoas n'aquelles apertos, porque cada um temia não ter logar para assignar, e que não assignando não ficaria honrado, o que não foi muito ser assim, porque o povo indomito não sabe ter modo, nem termo; e finalmente assignaram todas aquelles que poderam de qual estado e qualidade, que para todos houve logar.

CAPITULO XXIV

Em que foi notificado o accordo á Rainha e ao Infante D. Henrique

SENDO o accordo acabado de assignar, o mandaram intimar e notificar á Rainha, que sendo-lhe notificado, respondeu com muita quietação e modestia com palavras graves, reprehendendo o atrevimento do povo e cidadãos da cidade de Lisboa em se quererem entremetter em eleger Regente, e lhe quererem tirar a ella o governo que El-Rei D. Duarte seu senhor, que estava em gloria lhe deixara e depois fôra confirmado e jurado pelo mesmo Infante D. Pedro que injustamente lh'o procurava tirar, e sendo tambem jurado pelos mais Infantes e nobreza do Reino, protestando que não seria por sua culpa se sobre isso houvesse no Reino alguma guerra; de que os mensageiros tornaram mui descontentes para a cidade, e a cidade e povo ficou em maior odio com ella.

Foi logo levado ao Infante D. Pedro á cidade de

Coimbra, o qual o recebeu e approvou agradecendo-o com grandes promessas e offerecimentos que fez a todo o povo e cidade de Lisboa, promettendo governar com grande satisfação, e de cumprir e manter todas as condicções escriptas n'elle; e assim foi tambem mandado e notificado a todas as cidades e villas do reino, que o approvaram com grandes festas; e sendo levado ao Infante D. Henrique, o não houve por bem e o reprovou, com declaração que não encontrava, nem lhe parecia mal dar-se o governo ao Infante D. Pedro, antes estava n'elle muito bem, mas reprehendeu o modo da eleição por tomarem o povo e cidadãos de Lisboa tanto atrevimento, que havendo no reino tantas pessoas da Casa Real com as quaes primeiro se havia de tratar, e a ellas pertencia a determinação do caso, elles se atrevessem a eleger governador de propria auctoridade, avizando-os que nas côrtes que cedo se haviam de fazer o requeressem e tratassem da materia da eleição, e que então daria seu parecer, dizendo mais que se espantava muito do Infante D. João, seu irmão, o approvar e consentir n'elle; e finalmente os avizou que não inquietassem a paz e o socego do reino, significando-lhes os grandes inconvenientes que havia e impediam pôr-se em execução antes das Côrtes, principalmente as grandes divizões do reino, auctorisando seu parecer com muitas razões graves e de maduro conselho, dignas de tal principe.

Muito quebrantou os animos dos cidadãos de Lisboa e povo a resistencia do Infante D. Henrique; e porque tambem lhe disse que em pessoa havia de ir a Coimbra a vêr-se com seu irmão sobre isso, e até elle não vir não fizessem novidades

algumas, não era menor o impedimento que se lhe offerecia do Infante D. Affonso, do qual sabiam que claramente reprehendia tal accordo, e por nenhum modo queria consentir se desse ao Infante D. Pedro, e por esta razão lh'o não levaram, nem trataram de o confirmar por elle, porque era notorio que o não havia de fazer; e sabendo o Infante D. João que o Infante D. Henrique o reprovava, confiado que a seu rogo o approvaria e haveria por bem, se foi a vêr com elle para lhe persuadir que o assignasse e houvesse por bem, e lhe pediu e rogou com muita instancia, affirmando-lhe que se fizera com sua auctoridade, e encarecendo a necessidade em que o reino estava de ser assim, e os grandes damnos que havia pela diversidade de governadores, e quanto ia em ser antes um só que muitos, o qual não devia ser outro que o Infante D. Pedro em quem não faltava nenhuma das qualidades necessarias, e ser o irmão mais velho de todos elles, e finalmente lhe pediu com muitos encarecimentos pozesse ao pé do accordo com elle, e assignassem ambos estas palavras = hoc confirmat Deus quod operatus est nobis.

Não pôde o Infante D. João acabar com seu irmão quizesse assignar, antes importunadolhe estranhou muito o fazer tanto por isso, reprehendendo o parecer de todos os que o seguiam como por ser cousa tanto contra suas honras d'elles mesmos, e contra o juramento que tinham feito quando se repartiu o governo, com outras muitas razões de muito fundamento; não podendo o Infante D. João acabar com seu irmão que assignasse, muito sentido e apaixonado se partiu d'elle, mas todas as pessoas bem entendidas e apaixonadas o tiveram por

muito acertado como de Principe tão prudente, e tudo o contrario por errado, como cousa feita por povo tão inconsiderado como todas suas cousas são.

CAPITULO XXV

De como a cidade de Lisboa privou o Arcebispo do Arcebispado e foi levado o accordo ao Infante D. Affonso, e preparamentos para as côrtes

Mui descontentes estavam os cidadãos de Lisboa e officiaes da camara da resposta do Infante D. Henrique; e posto que até então duvidaram de mandal-o ao Infante D. Affonso que estava na sua villa de Barcellos, comtudo ordenaram mandar-lh'o e aos condes seus filhos que tambem senão achavam na cidade de Lisboa; o qual elle reprehendeu e estranhou aos cidadãos que o levaram com as mesmas razões que o Infante D. Henrique, e com maior determinação por estar de per meio o casamento que pertendia d'El-Rei com sua neta filha do Infante D. João, o qual tambem pertendia o Infante D. Pedro para sua filha; nem foi recebido com menos descontentamento dos condes de Ourem e Arrayollos.

Succedeu no mesmo tempo que indo um ourives da cidade de Lisboa a Alhandra a negociar

com o Arcebispo D. Pedro, e tornando para a cidade se foi á camara e deu conta aos vereadores que o Arcebispo dispendera muitas palavras contra a cidade e seus accordos, ameaçando-a com cerco de gentes estrangeiras, e com grandes castigos que dizia não podiam faltar, nem tardariam por via dos Infantes de Aragão, e ajudas do mesmo reino; sobre que houve novos tumultos e ajuntamentos, de que se fizeram na camara autos dizendo n'elles que blasfemava, e que era desleal e traidor á corôa, e a seu rei, e o suspenderam por sentença sua, dada em camara, da dignidade episcopal, e para melhor dizer o privaram do Arcebispado, confiscando-lhe as rendas d'elle, e fizeram muitos capitulos e queixas que mandaram ao Papa e Curia Romana, com os quaes foi despachado um cidadão chamado João Lourenço Farinha, com supplicatorias em nome de El-Rei, dos Infantes, e todo o reino, dando culpas de blasfemo, traidor, e revoltoso (que a tanto se atreve um povo desenfreado); mas João Lourenço posto que partiu d'estes reinos, e chegou a Roma, não se atreveu a apparecer ante o Papa, nem apresentar papeis alguns, porque foi avisado que não apparecesse porque corria grande perigo, que já se sabia na Curia Romana o que a cidade de Lisboa tinha feito e determinado contra o Arcebispo, o qual se tinha já queixado ao Papa da sentença de privação que a cidade tinha dado contra elle, e estava o caso tido em Roma por mui escandaloso e exorbitante, e mandado proceder com todo o rigor de censuras contra Lisboa, como procedeu a que não quizeram obedecer.

No tempo que estas cousas passavam estava o Arcebispo na Alhandra, e sabendo da inquietação

da cidade, temendo como era razão o perigo em que estava, se sahiu de Alhandra por se apartar da côrte, e querendo-se metter em Obidos, terra do seu Arcebispado, o não quizeram recolher, nem outros logares da Diocese, e se passou a Castella onde esteve por algum tempo até ser restituido, como adiante se verá.

Sendo a Rainha certificada da determinação do povo de Lisboa, e como o governo era já acceitado pelo Infante D. Pedro, por conselho dos fidalgos de sua casa, e da d'El-Rei, e dos mais que se acharam na côrte, escreveu a todos os fidalgos e prelados do reino que não viessem ás côrtes, e se escusassem do melhor modo que podessem, porque conforme as inquietações e alvoroços da cidade e povo de Lisboa, todos os da sua parte corriam perigo, que antes mandassem procuradores com bastantes poderes para se escusarem de não ir a ellas, protestando que não era logar seguro para elles, andando como andava o povo amotinado e rebelde, que assignando-as n'outro logar seguro estavam prestes para se acharem n'ellas, protestando não consentir, nem obedecer a cousa alguma que se determinasse fazendo-se na dita cidade; o que alguns assim fizeram, como foram o Prior do Crato, o Arcebispo de Braga, D. Duarte, Senhor de Bragança, D. Duarte de Menezes, Fernão Coutinho, Gonçalo Pereira, Luiz Alvares de Sousa, o marechal Pero Gomes de Abreu, Leonel de Lima, Alonso Pires de Tavora, Diogo Soares de Albergaria, Fernão Soares, Ruy Vaz Pereira, Gomes Freire, Lopo Vaz de Castello Branco, Martim Affonso de Mello, Diogo Lopes Lobo, Fernão de Sá, D. Sancho de Noronha, todos fidalgos de grandes casas e estados, de que os mais

tinham terras da corôa, e eram donatarios, e senhores d'ellas, e outros muitos fidalgos de que senão escreve por não serem tão qualificados, nem de casas tão antigas, dos quaes não veiu nenhum ás côrtes, posto que foram chamados por cartas particulares, conforme o costume do reino, pelo Infante governador, em nome d'El-Rei, e da camara de Lisboa.

CAPITULO XXVI

Das duvidas que houve sobre a entrega do castello de Lisboa ao Infante

ERA alcaide-mór da cidade de Lisboa n'este tempo, D. Affonso, Senhor de Cascaes, e tinha o castello pela Rainha cuja parte seguia, e com elle estava dentro no castello seu filho D. Fernando, com outros fidalgos seus parentes e amigos, que seguiam a mesma opinião, com a gente de suas casas, os quaes vendo a cidade tão alvoroçada, temendo alguma força do povo, se fizeram fortes repartindo suas estancias com suas rondas e vigias, o que vendo os da cidade, com achaque de dizerem que de cima do muro lhes diziam affrontas, confusamente ordenaram pôr cerco ao castello e combatel-o, mas o Infante D. João por evitar os males que d'ahi se podiam seguir, impediu por então o cerco, e tomou á sua conta socegar alteração tão perniciosa como fôra da cidade com o castello, o que procurou fazer por via de D. Maria de Vas-

concellos, com a qual fallou no mosteiro de S. Francisco, e com palavras mui cortezes deu conta da inquietação do povo e alvoroços que na cidade havia contra seu marido e filho, que fizesse com elles que entregassem o castello, ou consentissem que elle mesmo Infante se recolhesse n'elle, e elles tivessem mui embora as forças e homenagem, que o faria por segurança sua d'elles, e aquietar o povo e cidade.

D. Maria se foi ao castello e o tratou com seu marido, e elle com os fidalgos que o acompanhavam, e consultado com elles, deu por resposta ao Infante que não haviam de dar o castello nem recebel-o n'elle, posto que D. Affonso sempre foi de parecer de o entregarem, e recolherem o Infante, mas seu filho D. Fernando, como mancebo orgulhoso em quem o sangue e pontos de honra ferviam no peito, o houve por abatimento de sua pessoa, e do mesmo parecer foram os mais fidalgos que estavam com elles, tendo por mais justa e mais segura como seguida de toda a fidalguia, e nobreza.

Esta resposta tornou ao Infante D. João e depois de dada lhe disse que se tanta vontade tinha de haver aquelle castello porque não a tinha de haver todos os do reino, pois estava em sua mão o podia fazer, que para certeza d'isso soubesse que a Rainha lhe mandava dizer por ella que estava tão sentida, e magoada das tyrannias e sem razões que o Infante D. Pedro lhe tinha feitas, e cada dia ordenava de que lhe nascia um medo que lhe faria outras muito maiores se fosse governador, que antes se offereceria a todos os trabalhos e perigos do mundo que consentir que se lhe désse o governo do reino, e que seus receios não eram sómente pelo deixar e

se lhe tirar das mãos, mas pelos grandes temores que se lhe representavam se elle o governasse, e para que não parecesse que eram fingimentos, que ella haveria por bem que elle mesmo D. João fosse governador, ou cada um de seus irmãos os Infantes D. Affonso ou D. Henrique e a cada um d'elles o deixaria, e largaria de muito boa vontade, ainda que com tão justa razão lhe pertencia, porque assim ficaria livre de seus receios, e do medo que tinha ao Infante D. Pedro, e que em effeito o não tinha por tão leal como a cada um dos outros Infantes, que lhe conhecia, e conhecera sempre debaixo de sua hypocrisia uma presumpção de se não sujeitar, nem obedecer a ninguem, e estes temores não eram n'ella novos, porque já em vida d'El-Rei D. Duarte tivera os mesmos receios, e não se lhe podia tirar da imaginação que do Infante D. Pedro lhe haviam de vir a ella, e suas cousas todo o mal, e nenhum bem; e que a mesma Rainha tinha praticado com ella, e assim lh'o mandava fazer a saber, e sua vontade era que El-Rei seu filho cazasse com a Senhora Infanta D. Isabel sua filha, e que succedendo assim o teria em logar de pae, e lhe entregaria todas suas cousas como irmão mais querido, e amado d'El-Rei D. Duarte seu Senhor, que estava em gloria. A todas estas palavras e offerecimentos respondeu o Infante D. João n'estas formaes palavras:

D. Maria, para que vos responda em breves palavras, a mim me peza muito de vosso marido, e filho não virem em alguns partidos dos que lhe offereci, e sabe Deus que eu o fazia por seu bem; se de o não fazer lhe vier algum mal, pezar-me-ha; e quanto as outras cousas que da parte da Senhora

Rainha me dissestes, dizei a sua Alteza que nunca Deus queira que entre os filhos de El-Rei D. João meu pae, que sempre viveram em tanta concordia, seja agora causa cada uma das cousas que me dizeis para que se desamem e desconcertem, e o haveria por temor de Deus, e vergonha do mundo não digo eu pertender, ou acceitar, mas ainda passar-me pela imaginação o governo do reino, havendo n'elle tres irmãos mais velhos que eu, como são os Infantes D. Pedro, D. Henrique e D. Affonso; e quanto ao cazamento de El-Rei meu Senhor com minha filha, não estando os negocios no estado em que estão certo fôra grande mercê, e a maior honra que eu podera desejar; mas de uma cousa sede bem certa, que de melhor vontade, e com menos sentimento soffrera vêl-a no mundo em o mais baixo estado que elle tem para dar (o que Deus não permitta) que cazal-a por tal modo contra a honra e vontade do Infante meu irmão que me tem, e eu lhe tenho mui verdadeiro amor, porque não sómente erraria contra elle que o tem já intentado, sendo cousa mui acertada, mas ainda contra a alma de El-Rei meu irmão e Senhor que está em gloria, cuja vontade assim na vida como á hora da morte se sabe que foi essa d'esse cazamento, e assim é razão que se faça, e eu hei de favorecer emquanto mim fôr; e quanto aos temores que me dizeis da Senhora Rainha, dizei a sua Alteza que perca essa imaginação que é sem nenhum fundamento, que olhe que não só a meu irmão, mas a todos nos offende, e que pondo de parte o que por vós me manda accometter, me terá a seu mandado, e me conheça por fiel servidor, e lhe peço por mercê queira viver fóra d'estas inquietações, e não cure de cousas que

nem a ella, nem ao Reino estão bem, e vós por quem sois por vossa discrição assim lh'o aconselhae. E com isto se despediu d'ella.

Os da cidade tanto que souberam que D. Affonso não queria entregar o castello, alvoroçados e amotinados com dizer que podia d'ahi vir algum grande mal á cidade e ao reino, e o que é mais certo pelo grande odio que tinham á Rainha, e induzidos pelo Infante D. João, pozeram logo cerco ao castello com tanta vigilancia e cuidado, e o vallaram, e cercaram todo de vallas e altas cavas, pondo suas estancias repartidas de gente armada por tal ordem, que de dia, nem de noite podia entrar, nem sahir pessoa alguma, nem se lhe podia dar soccorro de mantimento, gente, ou munições, do que estava muito desprovido, o que tudo se fazia por trama do capitão Alvaro Vaz que em similhantes materias era bem experimentado; e como D. Affonso e seu filho entraram no Castello apressadamente, se não poderam aperceber, e passados alguns dias de cerco, vendo-se os cercados apertados, com pouca gente e menos ordem para se deffender, e sem esperança de soccorro, entregaram o castello ao Infante D. João, havendo primeiro d'elle seguro para todos os que estavam dentro, e tudo o que n'elle tinham, e deixando-o em poder do Infante se foram para a Rainha.

CAPITULO XXVII

Como se prepararam as côrtes, e não quiz a Rainha vir a ellas

CHEGAVA-SE o tempo das côrtes, pelo que os Infantes D. Henrique e D. João escreveram ao Infante D. Affonso seu irmão que estava em Barcellos, que com a brevidade possivel se viesse á cidade de Lisboa, porque tinham que tratar com elle muitas couzas que importava serem tratadas antes d'ellas; o qual veiu logo, e tanto que foi na cidade se ajuntaram no Carmo, e entre as mais que trataram foi que era necessario em todo o cazo ser a Rainha presente a ellas, e porque sabiam que sua tenção não era essa, como era notorio, ordenaram que um d'elles a fosse visitar, e persuadir-lhe que viesse; e porque tambem sabiam que o Infante D. João o não acabaria com ella por o ter por mui contrario, principalmente n'este tempo, por razão da resposta que tinha dado a D. Maria de Vasconcellos, e da entrega do Castello de Lisboa, e dado que do

Infante D. Henrique não tivesse essa desconfiança, se sabia que tinha mais affeição ao Infante D. Affonso, pela qual razão assentaram que elle fosse fazer a visita, e tratar com ella de sua vinda ás côrtes, o que elle fez mais por rogo dos seus irmãos, que por lhe parecer bem, porque o seu foi sempre que se não deviam fazer as côrtes em Lisboa, pela inquietação do povo e preparações do Infante D. Pedro, mas estavam as couzas em tal estado que não podia ser menos, por já estarem aprestados para ella, e avizados os Estados do Reino, e outras razões.

O Infante D. Affonso se partiu para Alemquer onde a Rainha estava, e levou em sua companhia o Conde de Arrayollos seu filho, e tanto que foram na villa todos os fidalgos d'ella os foram a visitar da sua parte da mesma Rainha, e lhe pediram que olhassem por suas couzas, e as favorecessem porque só n'elles tinham sua confiança, ao que lhe responderam, que bem certa devia Sua Alteza de estar de que os tinha a seu serviço em que nunca fariam couza contra ella; e sabendo que guardavam a villa e punham vigias com medo do povo de Lisboa, lh'o estranharam, dizendo que não haviam de ter atrevimento para tomar armas contra a Rainha, e todos os seus motins e alvoroços não eram mais que de portas a dentro, de que elles se escuzaram com encarecer o grande odio que a cidade lhe tinha, e com o cerco que poucos dias havia tinham posto ao castello da mesma cidade, e pela estima em que os tinham, pois a todos os que estavam com a Rainha lhe não sabiam outro nome senão os inimigos.

Logo no mesmo dia foram a vizitar a Rainha, e

depois de haver de parte a parte muitos offerecimentos, ella lhe fez muitas queixas das sem razões que o Infante D. Pedro lhe fazia, e tratou do grande desejo que tinha de El-Rei cazar com sua neta, como já tinham algumas vezes praticado, e assim de que folgara que o governo do reino ficara a um dos Infantes, qualquer que fosse, comtanto que não fôra o Infante D. Pedro, por muitas cauzas e razões, e a principal, por não haver por segura a vida de seus filhos debaixo de seu poder.

Passadas estas praticas, a quem o Infante respondeu com outras muitas de agradecimento, e com palavra de não faltar nunca elle, nem o Conde seu filho, em materias de seu serviço e honra, lhe disse como seus irmãos, e elle pertendiam pôr as cousas em paz e quietação, e sobre isso e outros negocios de muita importancia assim, do governo do reino, como do resgate do Infante D. Fernando, e a scisma que havia succedido no Pontificado, era necessario acharem-se presentes nas côrtes El-Rei, e ella, ao que a Rainha lhe respondeu, que ella iria ás côrtes por satisfazer a elle, e ao Infante D. Henrique, mas que para isso haviam de aperceber algumas cousas, a primeira que o accordo feito pela cidade de Lisboa e povo d'ella se havia de haver por nenhum, e se havia de tratar da materia do governo como se não fôra feita sobre isso determinação alguma, e que os Infantes D. Pedro e D. João haviam de deixar fazer a eleição livre, e haver por desobrigados alguns fidalgos, procuradores e outras pessoas, do juramento que lhe tinham feito fazer de lhe darem o governo, e haver os taes juramentos por irritos e nenhuns, para que podessem dar seus votos livres a quem entendiam se devia justiça, e

que as côrtes se não haviam de fazer na cidade de Lisboa, por quanto não era logar seguro para ella, nem para os fidalgos, os quaes não podiam votar livres em seu favor sem grande perigo de suas pessoas, pela soberba e insolencia do povo da dita cidade, que já estava posto em armas, mas com determinação de ficar o Infante D. Pedro sem esse cargo que elles diziam que lhe tinham dado, ainda que fosse com risco de se perder a cidade; dizendo-lhe por fim que pois havia ser justo o que determinava, e todos ou os mais fidalgos do reino assim lh'o tinham aconselhado, os quaes todos determinavam não se achar nas côrtes não se satisfazendo ao que ella pedia.

Parecendo-lhe ao Infante D. Affonso que a Rainha no que pedia tinha razão, a não quiz persuadir, e se despediram d'ella, elle e seu filho com esta resposta escripta, e assignada de sua mão; e não faltaram alguns curiosos que affirmavam que elles mesmos lhe aconselharam que a fizesse assim; e tanto que tornaram a Lisboa assentaram com os mais Infantes que o mesmo Infante D. Affonso fosse a Coimbra a fallar com o Infante D. Pedro a vêr se os podia concertar, ou que elle quizesse vir n'aquellas condições que a Rainha pedia, e logo se partiu sem dillação.

CAPITULO XXVIII

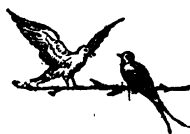
Do que passou o Infante D. Affonso com o Infante D. Pedro sôbre as condicções que a Rainha pedia

Tanto que o Infante D. Affonso foi na cidade de Coimbra e foi recebido em casa do Infante D. Pedro, seu irmão, passadas as primeiras vistas lhe deu conta de como entre elle e os Infantes seus irmãos tinham tratado pelo desejo que n'elles havia de haver concordia e de escuzarem os trabalhos e desaventuras que estavam ameaçando estes reinos, assim pela diversidade e contradicção dos naturaes, como de fóra d'elles, que se conformassem com a Rainha, e lhe deu conta das condicções que ella pedia, e que aos Infantes lhe pareciam bem fundadas, e lhe pediu quizesse vir n'ellas porque não parecesse que queria tomar o gorverno do reino contra o parecer commum de todo elle, e em odio de toda a nobreza, que então mais pareceria ser tyrannico que não eleito pelos Estados do Reino.

O Infante D. Pedro tendo bem ouvido a seu irmão

lhe disse que faria tudo o que n'elle estivesse por atalhar discordias, mas tudo foram palavras e mostras exteriores, mas vindo a proposito para effectuar, nem quiz vir a concordar-se, nem vir em nenhuma das condicções que a Rainha pedia, respondendo que elle não havia impedir a boa inclinação que a cidade tinha a suas cousas, e que o accordo que elles tomaram de lhe dar o governo, com elles se tratasse, e a elles se pedisse que o revogassem, e para se requerer fosse a Rainha ás Côrtes de Lisboa, e que elle não tinha obrigado com juramento pessoa alguma para lhe dar o governo ou voto para elle, e quanto o que dizia que as Côrtes se não fizessem em Lisboa, não era razão, porque como cabeça d'estes Reinos se deviam fazer como sempre se costumou, e que a Rainha não tinha que temer dos alvoroços da cidade, nem os fidalgos, estando elles presentes, que lhe não consentiriam ser-lhe feito aggravo algum.

Bem entendeu o Infante D. Affonso que seu irmão não viria em partido algum como não fosse ficar com todo o governo, e como os animos de ambos não eram muito conformes, e a elle lhe parecesse sua causa mais justa, e por outros respeitos propoz de em tudo o que podesse favorecer a causa da Rainha e encontrar a do Infante seu irmão; pelo que logo de Coimbra se foi a Guimarães, e de lá mandou recado a alguns prelados e fidalgos mais qualificados que se viessem a vêr com elle, que tinha que tratar com elles sobre materias tocantes ás côrtes que estavam para se fazer; a que accudiram todos os que seguiam as partes da Rainha, e foram os principaes d'este ajuntamento, D. Sancho, Arcebispo de Braga, o Prior do Crato, D. Dua

Menezes, D. Sancho de Noronha, Leonel de Lima, Alvaro Pires de Tavora, Luiz Alves de Sousa, e outros muitos fidalgos e prelados d'aquellas partes; e juntos lhes deu conta do que tratara com o Infante seu irmão, e como o achara duro e mui fóra de vir em partido algum que justo e arrasoado fosse, antes o achara determinado a se não aquietar com menos que com ficar governador in solidum, pelo que lhe encommendou que pois sua ida ás côrtes havia de ser sem proveito, e os povos haviam de fazer o que quizessem, que escusassem a ida a ellas cada um com a melhor razão que podesse, e os segurou que não temessem, porque elle forçadamente se havia de achar n'ellas, e sendo presente sempre seria com segurança de suas pessoas e honras, ainda que o Infante D. Pedro outra cousa pretendesse.

CAPITULO XXIX

Da vinda do Infante D. Pedro á cidade de Lisboa, e do que com ella succedeu

Bem acompanhado não sómente da gente de sua casa, mas de outra muita que ajuntou, e procurou, assim de seus vassallos, como de outros que o não eram, apercebidos de armas e do mais necessario como quem ia de guerra, partiu o Infante D. Pedro de Coimbra para Lisboa, e além da gente de menos qualidade, iam com elle o Bispo de Coimbra, João Gomes da Silva, D. Fernando de Menezes, Alvaro Gonçalves de Athaide, D. Fadrique de Castro, Fernão Coutinho, irmão do Marechal, Gonçalo Vaz Coutinho, Meirinho mór, e João de Athaide, que eram os fidalgos que o seguiam d'aquellas partes da Beira, e entre Douro e Minho, com os quaes e com sua gente, e com a que o Infante tinha faziam mil e oitocentos homens de cavallo, e de pé dois mil e seiscentos, que logo pare-

ceu acompanhamento demaziado para quem ia pacificamente a côrtes, como elle publicava.

E sendo a Rainha informada de sua vinda, e tivesse cada dia novas que vinha com tanta gente armada, e em som de guerra, se affligiu grandemente, e muito mais quando soube que o Infante de Torres Vedras fazia o caminho por Alemquer onde ella estava com El-Rei, dizendo elle que ia por levar comsigo El-Rei ás côrtes; e por o desviar do proposito que diziam que levava lhe mandou recado por Henrique Pereira, fidalgo da sua casa, que o foi tomar em Alfeizirão onde lh'o deu, em que lhe mandava dizer que escuzava sua ida n'aquella fórma por Alemquer, porque parecia grande desacatamento vir com tanta gente, e na fórma que elle vinha por onde El-Rei estava e ella tão desacompanhada e com tão pouca, e que a villa não era capaz para agasalhar tanta gente, e menos bastante para lhe dar mantimentos. E sendo o Infante como era em tudo o mais bem attentado, e devera vêr com quanta razão a Rainha o advertia do que elle devera ter primeiro advertencia, não foi a resposta como d'elle se esperava, que foi dizer-lhe: Henrique Pereira, vossa vinda sobre tal cazo fôra bem escusada, e verdadeiramente assim me salteiam estes accidentes que não sei em que hão de parar, nem que vos responda, dizei sómente que me doem muito estes temores e suspeitas, e quero que saiba que dos que mais se mostram affeiçoados a seu serviço, d'esses se deve fiar menos, pois tão erradamente a aconselham, e mais contra mim que desejo mais servil-a que enojal-a; e já não trato do que cumpre ao estado e serviço de El-Rei meu senhor, porque em desejár de lealmente o servir e

amar não darei vantagem a pessoa do mundo, e o que ella ha de ganhar com seguir esses conselhos o tempo lh'o dirá que esse lhe dou por testemunha.

Com esta resposta se tornou Henrique Pereira á Rainha que ainda a esperava peior pelo conceito que tinha d'elle, e o Infante mudou o caminho pelo Lumiar aonde já o estavam esperando alguns cidadãos de Lisboa que lhe pediram da parte da cidade que se detivesse alguns dias ahi, porque antes que entrasse n'ella tinham muitas cousas que tratar com elle, principalmente que queriam que entrasse logo como governador, e como tal se lhe fizesse o recebimento e entrada.

Elle o fez como lh'o pediam, e toda a negociação foi persuadirem que se publicasse logo ali por tal, e entrasse já na cidade com o nome e exercicio de governador, e o não quizesse pôr em duvida nas Côrtes pela grande contradicção que podia haver da parte dos mesmos Infantes, e de alguns dos fidalgos que na cidade estavam. Elle os despediu, e mandou que se recolhessem que lá seria logo com elles para que n'ella ordenassem o que fosse mais acertado para o reino, e para a sua honra d'elle, dando-lhes muitos agradecimentos com promessas de grandes mercês; e tornados á cidade ordenaram eleger, e elegeram doze cidadãos para determinarem as cousas que succedessem para que não fosse necessario juntarem-se cada dia, e foram eleitos os que ao Infante lhe pareceu mais affeiçoados e obrigados a elle; os quaes juntos determinaram que o Infante D. Pedro fosse logo entregue do governo tanto que entrasse na cidade; a qual determinação foi logo publicada no refeitorio de S. Domingos, que foi aprovada com grande applauso e contentamento do po-

vo com grandes vozes e alvoroço; e logo os doze elegeram d'entre si tres que fossem com esta embaixada ao Infante que ainda estava no Lumiar, os quaes foram Pero de Serpa, Martim Sapata e Rui Gomes da Gram, que com muita brevidade foram com sua embaixada, e lhe notificaram e pediram quizesse ao outro dia entrar na cidade e tomar posse, e ser seu hospede.

O Infante depois de lhes agradecer sua determinação e ida, deu mostras de por então se escuzar, mas bem se entendeu que queria que o rogassem para que lhe não fosse estranhado por seus irmãos, e em especial pelo Infante D. Henrique a quem tinha grande respeito, e sabia que sempre fôra de parecer que se esperassem as Côrtes, e sem elle lhes dar consentimento, se o tomasse, queria que se entendesse que o fazia contra sua vontade, e assim lhes respondeu que seu accordo fôra mui bem ordenado, e tudo por elles feito estava como devia; comtudo elle pelo que á sua pessoa e auctoridade devia não se havia de entremeter absolutamente sem seus irmãos o haverem por bem, que a elle lhe parecia que não era necessario tanta pressa que fosse de algum inconveniente esperar pelas Côrtes que já se estavam preparando, que assim o determinassem trabalhar n'ellas para que viesse a effeito, que elle seria mui satisfeito de entrar no governo por parecer commum de todos, especialmente de seus irmãos.

A esta resposta tornaram a replicar os cidadãos, que aquellas justificações era bem que elle as fizesse quando já as não tivera feito muitas vezes, e todas as que mais fazia eram desnecessarias, que elles tinham todos os consentimentos dos pro-

curadoros por escripto, que os mostrariam cada vez que fosse necessario, e quanto ao de seus irmãos, ahi estava o Infante D. João que não sómente o approvava, antes reprehendia o não estar já posto em execução, e os mais o não contradiziam, e portanto lhe pediam que não resistisse a cousa tão justa e necessaria, e quizesse escusar novos desconcertos e alvoroços do povo, que depois seria impossivel, e mui trabalhoso de aquietar. Mostrando o Infante que contra sua vontade, e constrangido dos cidadãos e fidalgos que comsigo trazia, acceitou logo o cargo, e ordenou entrar na cidade ao outro dia já com nome de governador, e mandou que o não esperassem com procissão como determinavam, nem com as festas e ceremonias que tinham ordenadas, que sua entrada fosse como soia ser, e o costumavam receber; e assim se fez sendo recebido ás portas da cidade pelo Infante D. João, e por alguns fidalgos, cidadãos e povo com grande prazer e alegria, e se foi direito ás casas do Mestre de Aviz que estavam junto á Sé.

Ao outro dia, festa de todos os Santos, foi ouvir missa á mesma Sé, onde lhe foi requerido tomasse o juramento que a cidade tinha ordenado, o qual tomou nas mãos de D. Alvaro, Bispo de Evora, onde em publico jurou, e prometteu com as mãos levantadas que poz sobre um missal e um cruxifixo, de governar, e deffender bem e lealmente estes reinos em nome de El-Rei seu senhor, até elle ser de edade e disposição de não ter necessidade de outrem por elle governar, e que então lh'os entregaria livremente sem contradicção ou cautella, e sempre o serviria com amor e lealdade como bom e leal vassallo, e que nas materias de muito pezo toma-

ria o parecer dos Infantes seus irmãos e com elle as determinaria.

Acabado o juramento todos os procuradores das cidades e villas do reino que na Côrte estavam, que já eram muitos ou a mór parte dos que haviam de ser, juraram e prometteram de emquanto elle governasse de obedecerem em nome de El-Rei seu senhor e como tal o servirem; e o mesmo juraram os fidalgos que com elle vieram e alguns da cidade com os da Camara, e os doze cidadãos; acabados os juramentos, se acabou a solemnidade d'aquelle dia com tal alvoroço e contentamento do povo e cidadãos, que se davam parabens uns aos outros de o terem posto em effeito.

CAPITULO XXX

Como se começaram as côrtes e do que n'ellas se fez

Alguns dias tardaram em se ajuntar os que foram chamados para as côrtes e haviam de vir a ellas, e por essa causa se não poderam começar até os dez de Dezembro do anno de quatrocentos e trinta e nove, em o qual dia sendo juntos no passo de Alcaçova os Infantes D. Pedro, D. Henrique, D. Affonso e D. João e os condes de Ourem e Arrayollos e alguns prelados e fidalgos (porque os mais d'elles não quizeram vir), e os procuradores das cidades e villas do reino; o Infante D. João se levantou e disse, que algumas cousas que elle queria propôr por serviço de Deus e de El-Rei e proveito do reino, por não estar em disposição para as poder dizer por si, encommendava ao dr. Diogo Affonso as dissesse e pedia que todos o ouvissem; e logo Diogo Affonso fez uma oração bem copiosa em a qual o primeiro e principal que tratou

foi louvar e approvar a eleição do Infante D. Pedro por unico governador, reprovando e reprehendendo a repartição e concordia que fôra feita nas côrtes de Torres Novas em que o mesmo Infante D. João se não achara, e apontou como de direito, nem divino, nem humano, mulher não podia ser governadora, nem ter cargo de governar, nem outro sim se podia repartir em dois, mas que necessariamente havia de ser um só, e que não podia nem devia ser outro que o mesmo Infante D. Pedro, e que a Rainha fosse servida e reverenciada e acatada de todos como era razão, e como mulher e mãe de dois Reis tão queridos e amados n'estes reinos, e por ella merecer por suas exemplares virtudes, e real sangue, e lhe fosse dada toda a parte das rendas do reino que fosse necessario para o sustento d'ella e de El-Rei seu filho e dos mais irmãos, para que os tivesse e creasse com aquella auctoridade e magestade, que a taes Principes era devido, accrescentando outras muitas cousas tocantes ao governo, com que acabou sua oração.

Foi geralmente por todos approvado o que o dr. Diogo Affonso disse em sua oração, de que se fizeram actos solemnes, escriptos por quatro notarios publicos da mesma cidade, que foram Ruy Galvão, Martim Gil, Lopo Affonso e Gonçalo Botelho, em o qual assignaram os Infantes, e com elles alguns prelados e fidalgos, que foram presentes, mas o conde de Arrayollos o não quiz assignar, nem quiz nunca conhecer ao Infante D. Pedro por governador, nem nomeal-o por esse, posto que obedeceu a seus mandados melhor que muitos que o assignaram, e se claramente o não encontrou, foi por ver quão pouco importaria, pois todos o festavam

com grande applauso e mostras de alegria, excepto elle e o Infante D. Affonso seu pae, e o Infante D. Henrique, aos quaes nunca pôde parecer bem, por terem jurado e assentado outra cousa como fica dito, mas como fosse sem remedio não trataram d'ellà.

Foi tambem accordado que o Infante fizesse juramento de fidelidade e de governar o reino guardando em tudo o bem da corôa, proveito commum do reino e serviço de El-Rei, e lh'o entregar livremente como fosse de edade e disposição para o governar e deffender; o qual logo o fez de que logo se fizeram outros auctos solemnes, que elle e os mais Infantes e seus filhos assignaram; e logo o mesmo Infante governador avisou a Rainha por carta sua da eleição que n'elle era feita, e o mesmo fizeram alguns fidalgos que ahi se acharam, escrevendo-se em nome de todos em que lhe pediam o houvesse assim por bem, e quizesse vir com El-Rei á cidade onde lhe seria feito todo o serviço que era razão, para em sua presença se tratarem algumas cousas que a seu estado, serviço e bem do reino eram necessarias. Com este recado mandou o Infante Alvaro Gonçalves de Athaide, homem fidalgo e bem entendido, de quem fiava muito.

Recebeu a Rainha este recado com grande sentimento e tristeza, e por conselho dos que com ella estavam, substancialmente respondeu que não havia razão para que os que estavam em Lisboa com o povo d'ella podessem ajuntar côrtes, nem chamal-as sem mandado de El-Rei seu filho, e seu d'ella, nem ella as havia por taes, antes tudo o que nas ditas côrtes se fizera, havia por nullo, e que se os Infantes seus irmãos o houvessem por bem, se começassem de novo, e ella iria a ellas, mas que

havia de ir com nome e exercicio de regente e que d'esta maneira iria com El-Rei seu filho a mesma a celebral-as e assistir a ellas, e que de outra maneira não iria, nem haveria por vallida cousa alguma que n'ellas se fizesse; a qual resposta mandou tomar por auctos publicos para sempre constar de sua repugnancia.

Com esta resposta se tornou Alvaro Gonçalves aos Infantes, que vendo-a tão contraria, e resoluta contra o que tinham ordenado, accordaram mandar com os mesmos requerimentos o dr. Affonso Nogueira, famoso theologo, e o provincial dos religiosos de S. Francisco da observancia, que fôra confessor de El-Rei D. Duarte, que depois veiu a ser Arcebispo de Lisboa, como pessoas espirituaes de muitas lettras e auctoridade; os quaes para trazerem a Rainha ao que pertendiam lhe deram muitas razões cheias de bons e santos conselhos e avisos e a não poderam mover de seu proposito; e com esta resposta se tornaram.

CAPITULO XXXI

De como o Infante D. Henrique foi fallar com a Rainha sobre sua vinda d'ella e El-Rei ás côrtes

Vendo o Infante D. Pedro como a Rainha estava firme em não ir ás côrtes, nem havia quem n'isso a mudasse sem as condicções que tinha dito a Alvaro Gonçalves, ficou muito descontente e apaixonado, e o povo notavelmente alvoraçado; e deixadas muitas praticas e pareceres que se moveram, foi tomado pelos Infantes seus irmãos o mais suave meio e mais efficaz, e foi que o Infante D. Henrique fosse em pessoa para acabar com ella que quizesse vir, e quando não o houvesse por bem que viesse El-Rei, com promessa e palavra certa que acabadas as côrtes lh'o tornariam logo; o qual Infante com a brevidade possivel se foi a Alemquer a tratal-o com ella, e depois de grandes duvidas e resistencia que ella fez, posto que nunca quiz ir assistir pessoalmente a Lisboa nas côrtes, persuadida do Infante e rogada muito d'elle lhe deu

palavra de deixar ir El-Rei, dando-lh'a o Infante primeiro de que logo passado aquelle acto de côrtes lhe ser tornado para que ella o criasse, que foi parte para mover sua boa inclinação que para todo o bem se achavam n'ella desejos, ainda que fosse com perda de seu direito.

Ao outro dia se foi a Rainha de Alemquer com El-Rei, e em sua companhia o Infante D. Henrique e o Infante D. Fernando, menino de cinco annos, e foi pousar a Santo Antonio, nas casas do Arcebispo de Lisboa.

Tanto que o Infante D. Pedro foi avisado do Infante D. Henrique que a Rainha concedera o que com ella ía tratar, e estava já em Santo Antonio, ficou mui alegre e entendeu que haviam de acabar com ella tudo o que quizessem e elle levava ordenado, e se foi logo a Santo Antonio e com grande acatamento beijou a mão a El-Rei e á Rainha, de que ella se quiz escusar, e estiveram á festa do Natal, e ahi vieram tambem os mais Infantes a beijar a mão a El-Rei, e visitar a Rainha, e se foram e tornaram para a cidade; e passada a festa os quatro Infantes e os condes filhos do Infante D. Affonso com grande acompanhamento de fidalgos e prelados, a camara de Lisboa e cidadãos, e outra muita gente, vieram a Santo Antonio a buscar El-Rei e o Infante D. Fernando seu irmão, dando-lhe primeiro palavra o Infante D. Pedro e os Infantes seus irmãos e segurança por seus escriptos e assignados, de lh'os tornarem logo a seu poder para os ella ter, criar e governar até El-Rei ser de edade para seus reinos governar, porque sem isso os não quiz entregar, nem apartar de si; a qual palavra lhe não cumpriu o Infante D. Pedro, porque posto que então lh'os entregou, não

tardaram muitos dias que lh'os não tirasse do poder com suas traças; o que então se attribuiu a querer segurar o casamento de El-Rei com sua filha que depois não foi muito bem logrado.

CAPITULO XXXII

Como El-Rei entrou em Lisboa e do que mais succedeu

De Santo Antonio do Tojal onde El-Rei estava, se embarcou por mar para Lisboa acompanhado dos Infantes seus tios, e dos Condes seus primos, com todos os mais que os tinham acompanhado até Santo Antonio, e da cidade o foram esperar todos os mais fidalgos e pessoas de qualidade que n'ella se achavam, e foi recebido ás portas d'ella debaixo de pallio com grande concurso de gente. D'ahi foi levado á Sé e d'ella aos paços da Alcaçova, indo El-Rei e o Infante seu irmão e os quatros Infantes seus tios e os dois Condes primos, todos a cavallo, e todos os mais a pé, com tanta magestade, cerimonias e festas, que para tempo de tantas dissensões se não esperavam; e o Infante D. Pedro foi o que poz El-Rei a cavallo e o apeou, não sómente aquelle dia, mas o fazia muitas vezes com grande acatamento e reverencia,

e com a mesma o serviu com tanta pontualidade que mostrava ser falso o que d'elle murmuravam os que lhe queriam pôr nota de desleal; e passado o recebimento mandou logo o Infante D. Pedro a Ruy Gonçalves de Castellobranco, mestre sala, que com muita perfeição a fizesse, em que se haviam de celebrar as solemnidades das côrtes, e determinado que foi a 10 de janeiro de 440, foi assentado El-Rei em sua cadeira e throno real, logo a seus pés o menino Infante e consecutivamente os Infantes seus tios e os condes de Ourem e Arrayollos, e mais abaixo os prelados, conforme a auctoridade de cada um, e do mesmo modo os procuradores do reino como em similhantes actos convinha; e havendo grande silencio, o dr. Diogo Affonso fez uma pratica e oração em nome de El-Rei, cuja substancia e principal intenção foi confirmar a eleição feita pelo povo e cidadãos (que de muitos foi julgado por maior erro que quantos foram passados n'esta materia) do Infante D. Pedro por governador, dando-lhe por isso muitos agradecimentos ao mesmo povo e cidadãos, e promettendo-lhe por isso grandes honras e mercês, e persuadiram ao mesmo governador que assim o fizesse com elles e governasse e administrasse o reino como d'elle se esperava, mandando a todos em geral que lhe obedecessem como a sua propria pessoa.

Acabada a oração se levantou o Infante D. Pedro do seu logar, e posto o joelho em terra beijou a mão a El-Rei, e El-Rei lhe entregou o sello real e com elle o poder e governo do reino; e logo apoz elle lhe beijaram a mão os mais Infantes conforme estavam assentados, e apoz elles os prelados e fidalgos conforme as suas qualidades e assentos; e

por fim, acabadas as solemnidades das côrtes, foi tornado El-Rei á Rainha e com elle o Infante D. Fernando, levando-o o mesmo governador e os mais Infantes a Santo Antonio com o acompanhamento com que foi trazido, conforme a palavra que lhe tinham dada.

Passados alguns dias fez o Infante D. Pedro ajuntar na mesma sala das côrtes alguns fidalgos, com os do conselho, procuradores e povo, e sendo junto lhe fez em pé uma falla com muita affabilidade e mostras de agradecimento, dizendo entre outras cousas que pelo grande cargo que lhe fôra encarregado era necessario mostrasse outro homem e por outro o conhecerem, após o que lhe deu alguns avisos admoestando-os do que haviam de fazer inviolavelmente, avisando-os que os que bem vivessem e fizessem o que deviam, esperassem d'elle favores e mercês; e os que pelo contrario, pena e castigos, encommendando que reverenciassem e acatassem e obedecessem seus mandados, ajudando-o a deffender com sua fazenda e vida como elle faria por todo o reino e por cada um em particular quando fosse necessario; e confiassem d'elle e tivessem por certo que tudo o que fizesse tirava a bom fim, como era o serviço de Deus e o d'El-Rei seu Senhor, e bem commum, e dado que a elles lhe parecesse outra cousa o não entendessem assim, antes o tomassem com bom zêlo e tenção com que elle o fazia, ao qual rasoamento lhe foi respondido por um cidadão que para isso foi eleito, por nome Pero de Serpa, de quem já se fallou; e a resposta foi como o Infante quiz.

Não ficou o Infante D. Affonso muito satisfeito de se dar a seu irmão o Infante D. Pedro o governo tão

livre e desembaraçado, e determinando em parte diminuir seu poder e que não usasse d'elle tão livremente como entendia que usaria, ordenou certos capitulos em que pertendia limitar-lhe os poderes, exprimindo os casos que elle não poderia despachar sem seus irmãos, e que outros em que era necessaria maior deliberação, se reservassem para as côrtes que estava ordenado fazerem-se, e formando nos ditos capitulos regimento que o Infante D. Pedro havia de guardar em seu governo, o qual communicou com seus irmãos e outras pessoas de grande qualidade que para isso fez ajuntar, e a muitos d'elles pareceu bem, e de outros não foi bem recebido, e entre todos ordenaram que se desse copia d'elles aos estados do reino para que dessem seus pareceres; mas vindo a tratar-se com os procuradores e cidadãos, nem ouvil-o queriam. E sabido pelo povo se começou a amotinar; e como tudo o que se ordenou era feito por elle, tambem n'isso sahiu com o que quiz, e assim se houveram por escusados os capitulos, porque todos temiam de se encontrar com gente amotinada, receiando alguns grande desgraça.

Tratou tambem o Infante D. Affonso de restituir n'aquellas côrtes ao Arcebispo de Lisboa D. Pedro, seu cunhado, com cuja irmã casou depois da morte da primeira mulher, filha do Condestavel o grão Nuno Alvares Pereira, o qual Arcebispo estava retirado a Castella; e o não poude acabar pela resistencia que fizeram os cidadãos pelo odio que tinham ao Arcebispo, com todas as cousas da Rainha, dizendo que o não haviam de consentir, e que haviam de seguir sua appellação que tinham em Roma, sobre as censuras e excom-

munhões que elle lhes tinha postas, que até se não determinarem não havia que tratar.

O Infante D. Pedro por satisfazer a seu irmão com palavras e aquietal-o por tirar todos os inconvenientes que se lhe oppunham, mostrou fazer muitas diligencias pelo effeituar, as quaes com mais animo e vontade fez o Infante D. João, mas como o povo e cidadãos sabiam que as do Infante D. Pedro eram mais que as apparencias, porque na verdade elle era o principal impedimento, e se tinha por certo que se elle quizera o acabara facilmente, nem a elle lhe fizera a cidade e povo resistencia alguma, se lhe não conheceram o animo; quanto mais que como regente o podera ordenar e mandar, mas sua tenção foi sempre contentar o povo e tel-o certo para suas pretenções; pelo que Pero de Serpa, um dos cidadãos de mais auctoridade, em nome da cidade, se escusou dizendo que indubitavelmente haviam de seguir sua appellação e justiça, e que durante ella o Arcebispo havia de estar suspenso e haviam de trabalhar quanto podessem porque fosse privado da dignidade e Arcebispado; com o que os Infantes D. Affonso e D. João cessaram da sua pretenção.

Ficou o Infante D. Affonso muito enfadado e sentido, não dos cidadãos e povo, porque d'elles não esperavam mais; mas do Infante D. Pedro, conhecendo que elle era o que o encontrava.

Esta paixão durou muitos tempos entre elles, e foi muita parte, como alguns querem, dos grandes males que ás casas de ambos depois succederam, como se viu pelos tempos em diante, com muito maior damno da casa do Infante D. Pedro, que de todo se acabou dentro de poucos annos.

Succedeu logo que o Infante governador concedeu á cidade, além de outras muitas liberdades e mercês, que não houvesse aposentadoria e se fizessem casas, e os estados em que El-Rei e os cortezãos pousassem; com o mesmo privilegio se deu depois a Evora e Santarem.

FIM DO LIVRO PRIMEIRO

INDEX

INDEX

Pag.